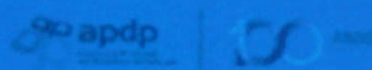




RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Exercício de 2025



ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS DIABÉTICOS DE PORTUGAL
Rua do Salitre, 118-120 | 1250-203 Lisboa

ÍNDICE

- 1. Mensagem do Presidente**
- 2. A APDP em números: ano 2025**
- 3. Distinções, Destaques APDP e Parcerias**

- 4. A APDP**
 - 4.1. Visão geral organizacional (Visão, Missão, Valores)
 - 4.2. Aspiração, Ativos Estratégicos e Eixos Estratégicos
 - 4.3. Organograma e atividades por departamento
 - 4.4. Modelo de governo e composição dos órgãos sociais
- 5. Relatório de Gestão**
 - 9.1. Desempenho Clínico
 - 9.2. Desempenho Financeiro
- 6. Agradecimentos**
- 7. Anexos**
 - 7.1. Demonstrações Financeira 2025 e Anexo
 - 7.2. Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização
 - 7.3. Relatório Anual de Fiscalização efetuada
 - 7.4. Certificação legal de contas
 - 7.5. Relatório e Parecer do Fiscal Único

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Associados,

É com profundo sentido de responsabilidade e orgulho que apresentamos o Relatório de Atividades de 2025 da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP). Este ano é verdadeiramente marcante: a APDP celebra o seu Centenário! Estamos num ano de comemoração e, ao longo de 2025, foram pensadas diversas atividades para celebrar estes 100 anos de história e dedicação à saúde.


O ano de 2025 foi marcado por desafios exigentes, mas também por conquistas significativas que reforçam a missão histórica da nossa instituição: melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem com diabetes, promover a prevenção da doença e contribuir ativamente para uma sociedade mais informada, inclusiva e saudável. Destacamos duas conquistas significativas: i) A Portaria n.º 18/2025/1 criou um regime excecional de comparticipação a 100% para os dispositivos de perfusão subcutânea contínua de insulina, para os sistemas de monitorização contínua da glicose integrados com esses dispositivos e respetivos consumíveis, determinando a sua dispensa em farmácia de oficina para beneficiários do SNS e ii) construção de rampa pedonal de acesso à APDP de forma a melhorar a mobilidade dos nossos utentes.

Ao longo deste ano, consolidámos programas clínicos e de acompanhamento, expandimos iniciativas de educação terapêutica e reforçámos projetos de proximidade com a comunidade. Investimos na inovação dos nossos serviços, na qualificação das equipas e na modernização de infraestruturas, sempre com o foco nas pessoas e nas suas necessidades reais.

Destaco igualmente o fortalecimento das parcerias institucionais e científicas, fundamentais para ampliar o nosso impacto e garantir respostas sustentáveis numa área da saúde em constante evolução.

Estes resultados só foram possíveis graças ao empenho incansável dos nossos profissionais, voluntários, parceiros e órgãos sociais, bem como à confiança contínua dos nossos associados e utentes. A todos, deixo uma palavra sincera de reconhecimento e gratidão.

José Manuel Boavida



(Presidente da Direção da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal)

2. A APDP EM NÚMEROS: ANO 2025

Desempenho Clínico

55.433 Consultas
13.207 Teleconsultas
3.026 Cirurgias
58.022 Exames
+ 700 Utentes com Bomba Insulina

Utentes APDP

17.428 Utentes (4.005 Tipo 1)
42.558 Chamadas no Contact Center
1.799 Perfis Criados no Portal MyAPDP
97.684 Atendimentos no Front Office
95,9 % Avaliação boa ou muito boa

Pé Diabético (domicílios)

259 Domicílios
51 Pessoas Abrangidas
16 Freguesias
89,6% Taxa de Cicatrização

Canais Digitais

Website

27 notícias publicadas

Newsletter

31 envios | 30 mil subscritores

Instagram

91 publicações (+ 500 mil visualizações)

Facebook

180 publicações (+ 6,8 milhões visualizações)

Linkedin

43 publicações | 30414 usuários alcançados

Youtube

8 vídeos; 563 726 visualizações

Gabinete do Cidadão

78 Elogios e Agradecimentos
31 Sugestões
124 Reclamações

Certificação da DGS

Manual de Standards para Unidades de Saúde de Ambulatório

Sócios

14.780 sócios activos
745 882 € quotizações

Desempenho Financeiro



18.630.280 € Proveitos Operacionais

354.312 € EBITDA

93.741 € Resultado Líquido

14.051.762 € Ativo corrente e não corrente

0 € Dívida Financeira

Desempenho Ambiental



~ 58.000 € investimento em painéis solares (possibilidade
comparticipação PRR)

~1 ano de produção início em Fevereiro 2025

14 878,20€ poupança de eletricidade (8,95%)

Desempenho capital humano



156 Colaboradores

13 Novas Contratações

53 Estágios → **7 212** Horas

121,5 Horas de Formação

945 Formandos



64% de mulheres em cargos de chefia

3. DISTINÇÕES e DESTAQUE APDP

Distinções

Campanha “O Seu Filho Tem Um Dedo Que Adivinha”

Ouro e Prata nos Prémios Lusófonos da Criatividade.

Prémio **prata** na categoria “Comunicação e Relações-Públicas e Estratégia de Comunicação”, nos APPM Marketing Awards 2025.

Grande Prémio APCE 2025 (Associação Portuguesa Comunicação de Empresa) 2025 na categoria “Campanha de Comunicação Externa: Entidades Governamentais, Instituições de Ensino Superior, Associações e ONG”.

Destques

Assinatura do Acordo de Doação entre a **APDP e o Ismaili Imamat** (doação à APDP dois retinógrafos e um microscópio cirúrgico)

Inauguração da **nova rampa** de acesso à sede da APDP.

7º Congresso Nacional da APDP

Início das comemorações do 100º aniversário da APDP

Dia Mundial da Diabetes.

- Realização de rastreios gratuitos na sede da APDP.
- Organização conjunta, entre APDP, Câmara Municipal de Lisboa e Quinta Pedagógica dos Olivais, da iniciativa “**Dançar com a Diabetes**”

PARCERIAS

Nacionais:

- Câmaras Municipais: Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Covilhã, Alenquer, Sintra, Setúbal, Seixal, Oeiras, Proença-a-Nova
- Sociedade Portuguesa de Diabetologia.
- Sociedade Portuguesa de Cardiologia.
- Instituto Nacional Doutor Ricardo Jorge.
- Fundação Ernesto Roma.
- Associação Promotora do Ensino dos Cegos.
- Ginásio Clube Português.
- Escolas Superiores de Enfermagem e Faculdades de Medicina e de Psicologia.
- Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (ENSP-NOVA).
- ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

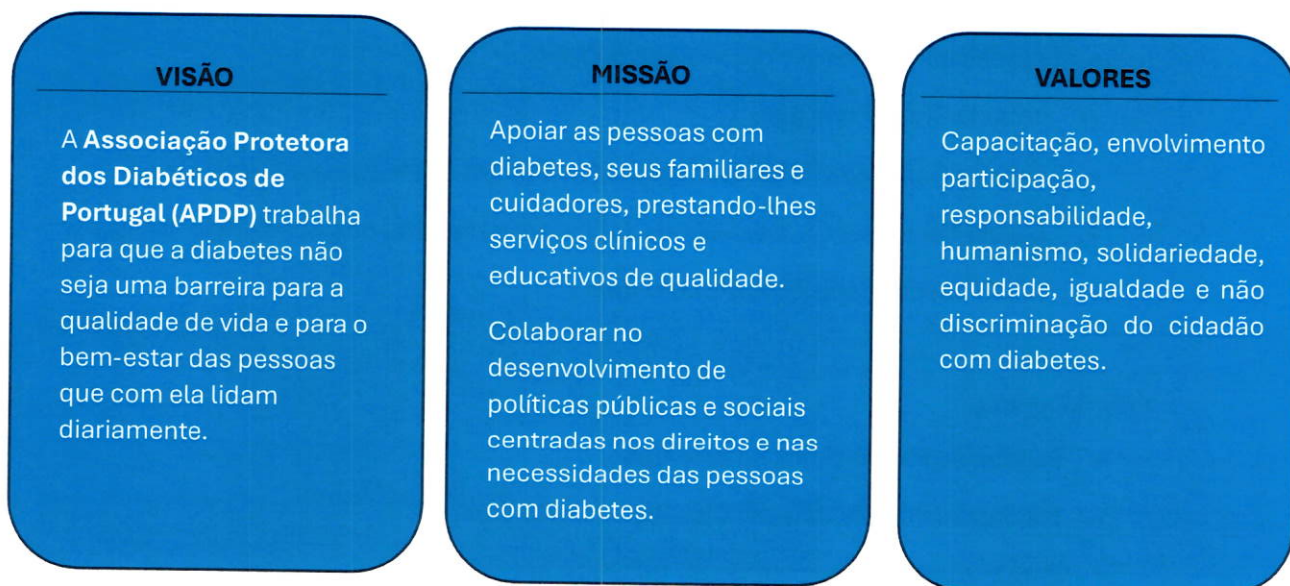
Internacionais

- Federação Internacional da Diabetes
- Federação Internacional da Diabetes – Região Europa
- EASD – European Association for the Study of Diabetes
- Bas van de Goor Foundation
- Grupo SWEET
- OMS – consultoria na definição de programas nacionais de diabetes em países em desenvolvimento, nomeadamente Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Geórgia.
- INNODIA – Private Public Partnership Against Type 1 Diabetes

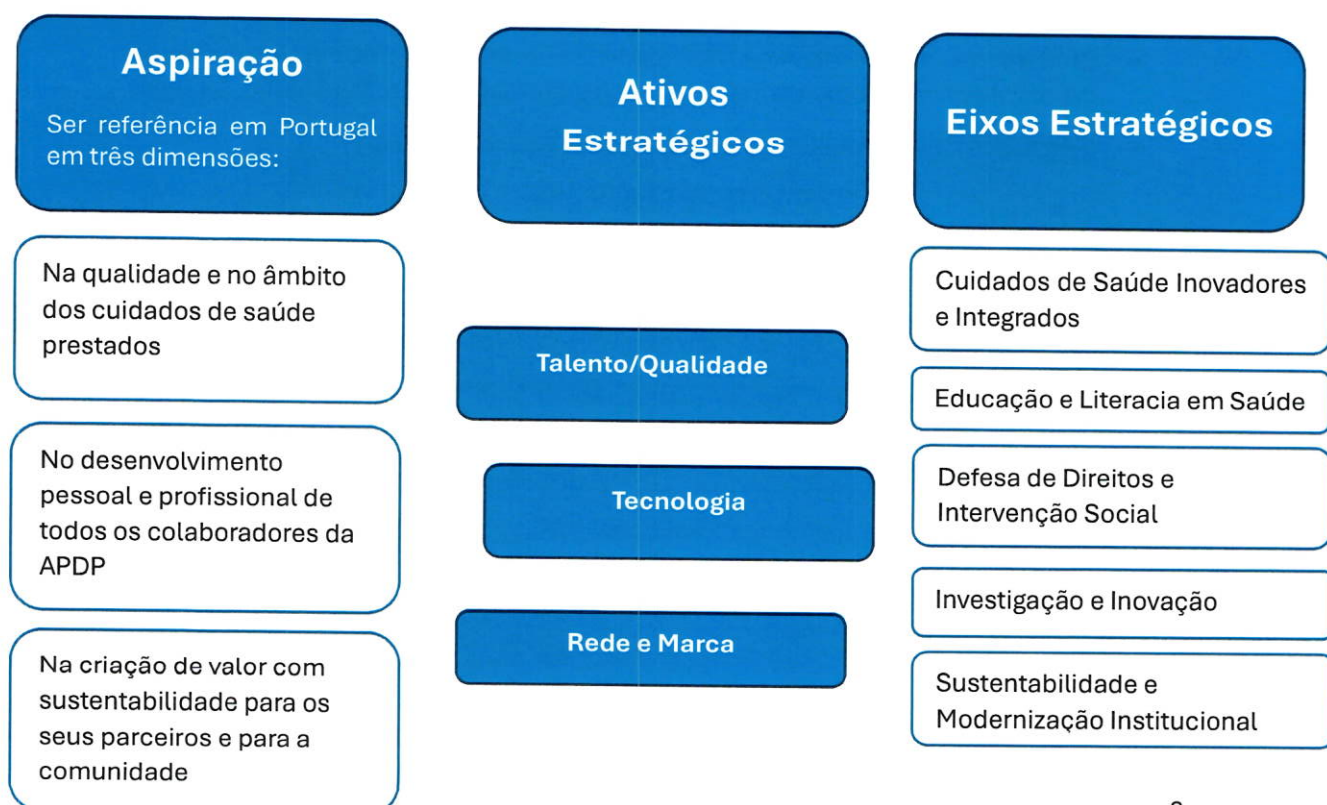
4. A APDP

4.1. Visão geral organizacional

Visão, Missão e Valores que guiam as nossas ações e reforçam a nossa excelência



4.2. Aspiração, Ativos Estratégicos e Eixos Estratégicos



Principais Objetivos estratégicos alcançados em 2025:

Desempenho Clínico

- A contratualização da produção com a ACSS foi realizada a 100% (+4,6M€);

Utentes

- Instalação de uma rampa pedonal de acesso, com benefícios na mobilidade dos nossos utentes (custo de cerca de 25k, participado em 80% com donativos);

Desempenho Financeiro

- a APDP apresentou resultados positivos, conseguiu incrementar a sua almofada financeira (em cerca de 150k) e continua a registar a ausência de endividamento financeiro.

Desempenho ambiental

- Foram investidos cerca de 58.000 € em painéis solares (possibilidade participação PRR) com início de produção início em Fevereiro 2025 e uma poupança observada de 14 878,20€ poupança de eletricidade (8,95%) até ao momento.

IT

- Foi iniciado o processo de transição e implementação do novo software de gestão clínica, a APDP irá adoptar o SONHO-SCLINIC como software de referência, que deverá ser concluído em 2026. O investimento global encontra-se em negociação com a SPMS.

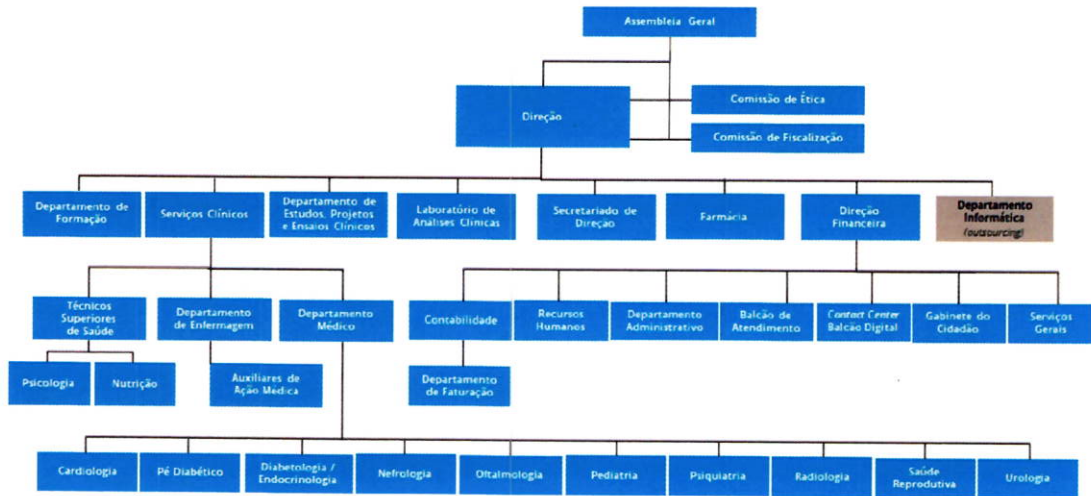
Projetos

- Foi alcançado o objetivo de rastreamento de 10.000 crianças no projeto Edent1fy;

Política/legal

- A Portaria n.º 18/2025/1 criou um regime excecional de participação a 100% para os dispositivos de perfusão subcutânea contínua de insulina, para os sistemas de monitorização contínua da glicose integrados com esses dispositivos e respetivos consumíveis, determinando a sua dispensa em farmácia de oficina para beneficiários do SNS.

4.3 Organograma e atividades por departamento



4.4 Modelo de governo e composição dos órgãos sociais

Direção

Presidente

José Manuel Boavida

Diretor Clínico

João Filipe Raposo

Tesoureira

Ana Maria Escoval

Secretária

Fernanda Isabel Fragoso

Vogal

Alexandra Costa

Membros suplentes:

1º Suplente: João Valente Nabais

2º Suplente: Isabel Correia

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Manuel Seixas da Costa

Secretária

Sónia Silva

Secretário

Bruno Durão

Conselho Fiscal

Presidente

José Alberto Ferraria Neto

Vogal

Diniz Vieira

Vogal

Maria Adelaide Canelas

5. RELATÓRIO DE GESTÃO

Respeitando ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, este documento inclui informação sobre a estratégia, a gestão e o desempenho operacional nas suas várias dimensões das principais áreas de negócio da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal.

5.1 Desempenho Clínico

A Clínica Diabetológica distingue-se pela prestação de cuidados integrados e altamente diferenciados, abrangendo, para além da diabetologia, áreas como a nutrição, pediatria, oftalmologia, cardiologia, tratamento do pé diabético, nefrologia — incluindo hemodiálise — urologia, saúde reprodutiva, saúde mental, cirurgia oftalmológica e colocação de bombas de insulina.

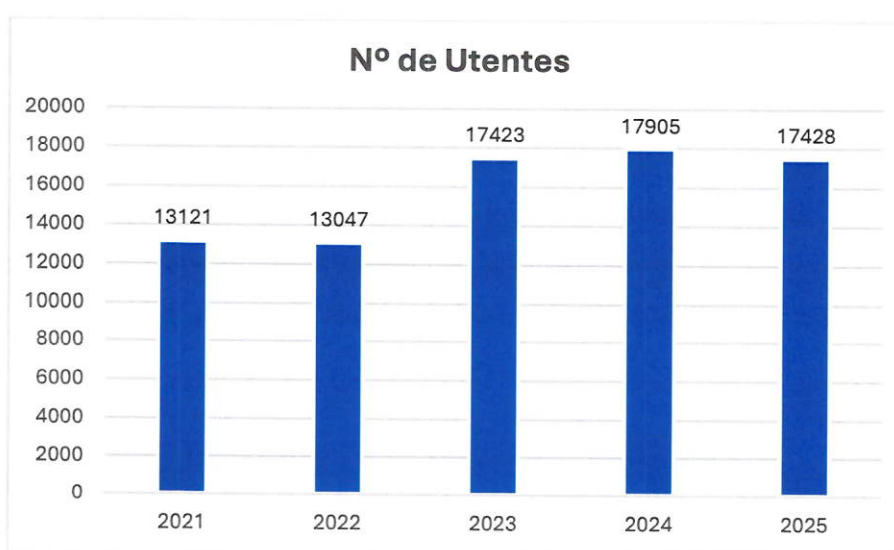
Posiciona-se estrategicamente entre os Cuidados de Saúde Primários e as Unidades Hospitalares com internamento, assumindo-se como um elo de apoio e complementaridade ao Serviço Nacional de Saúde, aos subsistemas de saúde, aos beneficiários de seguros de saúde, bem como a todos aqueles que a procuram a título particular.



A atividade clínica da APDP em números:

Utentes e consultas

N.º de utentes dos serviços prestados pela APDP:



N.º de primeiras e consultas subsequentes por especialidade:

Consultas APDP	2022		2023		2024		2025	
	1ª vez	Subsq.	1ª vez	Subsq.	1ª vez	Subseq.	1ª vez	Subseq.
Principais especialidades								
<i>Cardiologia</i>	153	532	140	518	124	525	164	488
<i>Diabetes Pé</i>	225	2645	381	2482	378	2275	265	1874
<i>Diabetologia (inclui Bombas de Insulina)</i>	1861	32835	1960	22569	2411	25947	2208	23079
<i>Endocrinologia</i>	40	245	73	287	34	191	271	716
<i>Nefrologia</i>	176	844	170	875	155	993	287	1171
<i>Nutrição</i>	503	682	219	675	85	506	236	662
<i>Oftalmologia</i>	644	10113	653	9971	851	10859	676	8439
<i>Psicologia</i>	47	257	81	405	68	303	64	205
<i>Psiquiatria</i>	58	297	86	285	51	319	80	376
<i>Saúde Reprodutiva</i>	0	183	0	176	0	189	1	185
<i>Urologia</i>	119	296	126	285	86	304	78	319
Total	5568	81764	5849	61097	6654	68358	6538	60593

Bloco Operatório

Em 2025, a Unidade de Cirurgia Ambulatória realizou 3026 cirurgias, registando um aumento de 13,72% face a 2024. Verificou-se crescimento nas principais tipologias: cirurgias de catarata (+10,8%), vitrectomias (+79,27%) e injeções intravítreas (+10,3%). Acresceram ainda 25 cirurgias de catarata realizadas ao abrigo de protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, reforçando a capacidade assistencial.

Apesar de constrangimentos operacionais nomeadamente paragens não planeadas e limitações do bloco operatório devido a falhas no sistema AVAC, a unidade manteve a atividade, demonstrando adaptação e resiliência da equipa.

Destaca-se também a aquisição de um novo microscópio cirúrgico de oftalmologia com apoio da Fundação Aga Khan, melhorando a tecnologia disponível, a segurança e a qualidade dos cuidados.

Globalmente, o desempenho foi positivo, com aumento da produção cirúrgica e manutenção da qualidade e segurança assistencial.

Bombas de insulina

Durante 2025, o Departamento de Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina (PSCI) prosseguiu a sua atividade assistencial, formativa e científica, onde destacamos o acompanhamento de mais de 730 utentes integrados no Programa de PSCI (adultos e pediatria), a colocação de 382 novas bombas de insulina, substituição de 225 bombas de insulina e 94 de CGM.

Em março de 2025, foram colocadas à venda as primeiras bombas de insulina automáticas com comparticipação de 100% nas farmácias, razão pela qual a APDP teve uma subida significativa de 454% de colocação de bombas de insulina (sendo que em 2024 apenas se colocaram 84 bombas).

Pé Diabético

Ao longo do ano de 2025 manteve-se a estratégia de hierarquizar e distribuir os utentes por cada enfermeiro disponível e a telefonar a todos os utentes cerca de 24 horas antes do seu agendamento. Apesar deste não estar avaliado, o tempo de espera para o atendimento pela enfermagem é inferior a 30 minutos todos os dias.

Prestação de cuidados

- 2139 consultas médicas
- 18 887 atos terapêuticos
- 153 quiropodias
- 171 consultas de ortoprotesia
- 268 entregas de suportes plantares
- 91,9% da atividade no SNS

Predominaram consultas urgentes (51,5%) e de seguimento (47,1%). O tempo de espera de enfermagem manteve-se inferior a 30 minutos.

Projetos na comunidade

Domicílios em Lisboa

- 51 pessoas acompanhadas
- 269 visitas
- Cobertura de 16 freguesias
- Melhoria de indicadores clínicos e ausência de amputações

Atendimentos em Alenquer

Nova parceria com a Associação de Diabéticos do Concelho de Alenquer:

- 60 tratamentos realizados
- 34 pessoas abrangidas (5 com feridas)
- Atividade mensal no 2º semestre
- Expansão prevista para 2026 a vários concelhos

Formação

- 32 formandos no curso b-learning de Pé Diabético
- 1 formando no curso avançado presencial
- Participação em cursos e congressos da APDP

Investigação

- Início de estudo clínico com Askina® Calgitrol® Paste para feridas profundas
- Conclusão prevista para 2026

O departamento manteve elevada produção assistencial, reforçou a intervenção comunitária e investiu em formação e investigação.

a. Visitação ao domicílio (Pé Diabético)

O projeto de apoio domiciliário no âmbito do pé diabético, promovido pela Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal com financiamento da Câmara Municipal de Lisboa, manteve atividade ao longo de 2025 com reforço de valências clínicas e sociais.

Principais resultados:

- 269 visitas domiciliárias realizadas em 70 dias
- 51 pessoas acompanhadas (maioria idosa; média 85,8 anos)
- Abrangência de 16 das 24 freguesias de Lisboa
- 15 pessoas com lesões; 48 lesões no total
- Taxa de cicatrização: 89,6%
- 0 amputações
- Avaliações complementares: 5 pletismografias e 38 avaliações vasculares com Doppler

Evolução face a 2024:

- Mais pessoas acompanhadas e melhor taxa de cicatrização
- Ligeira redução de visitas por dia devido a intervenções mais complexas
- População muito envelhecida e com vulnerabilidade socioeconómica

O projeto mantém ampla cobertura territorial e forte impacto clínico, apesar de desafios logísticos e condições de trabalho exigentes.

Pediatria

1. Atividade Assistencial

CONSULTAS	Número
Consultas Médicas	
Madalena Sales Luís, Raquel Coelho, Sofia Castro	
Consultas de Diabetologia e SPSCI	
Primeiras	126
Subsequentes	1569

Receituário	780
EDENTIFI	60
Consultas ID1	47
Consultas de Enfermagem Duarte Matos, Marina Dingle, Raquel Santos	
Diabetologia e SPSCI	
Não presenciais	304
Presenciais	1423
Consultas de Nutrição Mafalda Pinto, Maria João Afonso	
Diabetologia e SPSCI	1283
Sistemas de Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina	
SPSCI ativas	244
Colocações de SPSCI	73
Substituições	60
Programa de colocação	
Sessão de informação (3h/sessão)	2
Sessões de preparação (3h/sessão)	22
Sessões de colocação (7h/sessão)	22

2. Atividades Educativas e Comunitárias

- Organização de iniciativas para crianças e famílias:
 - Campo de férias
 - Festa de Natal
 - Atividades lúdicas e educativas
- Objetivo: promover educação informal, partilha e apoio psicossocial

3. Projeto EDENT1FI

- Programa europeu de rastreio precoce da diabetes tipo 1
- Resultados:
 - **12.305 rastreios realizados**
 - **39 casos identificados em fase precoce**

- **46 crianças com risco identificado (autoanticorpos)**

- Forte impacto mediático:
 - Campanha “O Dedo que Adivinha” alcançou **3,2 milhões de pessoas**
- Integração com várias unidades de saúde nacionais

4. Outras Atividades

- Atualização de **protocolos clínicos**
- Apoio a projetos, escolas e formação universitária
- Presença ativa em:
 - Redes sociais
 - Projetos científicos
 - Iniciativas com parceiros (ex: Terra dos Sonhos)

SERVIÇOS COMPLEMENTARES À ATIVIDADE ASSISTENCIAL

Enfermagem

Em 2025, o Departamento de Enfermagem da APDP manteve uma atividade clínica intensa e diversificada, com forte envolvimento na gestão da diabetes, educação terapêutica e utilização de tecnologias avançadas.

A atividade assistencial manteve elevado volume e crescente diferenciação técnica, destacando-se:

- 7.668 sessões de ensino em diabetes
- 3.142 consultas de ensino em terapêutica com bombas de insulina
- 18.865 intervenções no Pé Diabético
- Apoio a 708 cirurgias de catarata e 2.116 injeções intraoculares
- Administração de 503 vacinas contra COVID-19 e gripe

Observou-se um crescimento consistente da utilização de tecnologias (bombas de insulina e monitorização contínua da glicose), associado à redução progressiva da insulino-terapia convencional. Paralelamente, verificou-se aumento da complexidade clínica e consolidação de modelos híbridos de acompanhamento, combinando ensino presencial e não presencial

A equipa participou em múltiplas iniciativas comunitárias, rastreios e projetos de prevenção, promovendo literacia em saúde, autonomia das pessoas com diabetes e aproximação à comunidade.

Além da atividade assistencial, a enfermagem teve um papel importante na formação de estudantes e profissionais de saúde, reforçando o papel da APDP como centro formador.

Para o futuro, foram identificados desafios como:

- aumento da complexidade assistencial,
- expansão das tecnologias em diabetes,
- necessidade de garantir equidade no acesso aos cuidados,
- retenção e valorização das equipas.

Nutrição

O Departamento de Nutrição desenvolveu atividade em várias áreas principais: nutrição clínica, nutrição comunitária, ciência alimentar, formação e comunicação.

Na área clínica, destacou-se a avaliação nutricional, terapêutica personalizada e educação alimentar para pessoas com diabetes, além da produção de materiais educativos e protocolos de intervenção.

O departamento participou ativamente no programa de colocação de bombas de insulina, com:

- 133 intervenções em pediatria (colocações e substituições),
- grande atividade também na população adulta.

Houve ainda envolvimento em:

- projetos institucionais e investigação,
- reuniões de grupos de trabalho,
- orientação de estágios,
- participação em congressos e formação contínua.

De forma geral, o departamento manteve um papel central na gestão nutricional da diabetes e na educação alimentar, tanto em contexto clínico como comunitário.

Nefrologia

Em 2025, a área de Nefrologia manteve atividade focada no acompanhamento de pessoas com complicações renais associadas à diabetes e na educação terapêutica dos doentes.

A equipa médica foi reforçada com a entrada da Dra. Rita Aires Magriço tendo sido gerido o número de pedidos de consulta de 1ª vez, inseridos no APDP Soft, de modo a preencher as agendas da colega, nesta fase de integração.

As principais linhas de atuação incluíram:

- consultas e acompanhamento clínico especializado,
- educação para prevenção e gestão da doença renal,
- integração com outras áreas clínicas da APDP,
- participação em atividades multidisciplinares e formativas.

O ano de 2025 evidencia a importância da abordagem integrada na prevenção e monitorização das complicações da diabetes, reforçando a articulação com outras especialidades e com a equipa multidisciplinar.

Laboratório

Seguindo a tendência de crescimento dos últimos anos, em 2025 houve um aumento de atividade do laboratório em relação a 2024; o nº total de análises realizadas (**330970**) representa um acréscimo de **6,6%**. No entanto, contrariamente à tendência dos anos anteriores, os pedidos centrais de Bioquímica (HbA1c, creatinina, ionograma) desceram face a 2024, traduzindo muito provavelmente menos consultas/ano por utente.

Principais tendências

- ↑ Hemostase (+17%) e Urianálise (+7%)
- ↑ Proteinúria (+58%) e Insulina (+102%)
- ↓ Exames de diabetes (HbA1c, creatinina, ionograma)

Recursos

- 11 profissionais → adequados e eficientes

Qualidade

- Acreditação mantida (ISO 15189:2022)

Tecnologia

- Novo software em 2026 → mais automação e segurança

Farmácia

A farmácia social da APDP contempla todo o circuito de assistência e apoio à pessoa com diabetes e aos sócios da APDP com uma rápida resposta às prescrições de todas as áreas. Em 2025, atendeu 66 471 utentes o que representa um aumento de 2,3% relativamente ao ano de 2024 e atingiu uma faturação histórica de cerca de 9,7M €.

O ticket médio foi de 150,98€, valor acima do valor registado em 2024, 103,98€.

Comunicação

Em 2025, a área de Comunicação focou-se na divulgação das atividades da APDP, promoção da literacia em diabetes e reforço da presença institucional junto da comunidade e parceiros.

As principais áreas de atuação incluíram:

- gestão de conteúdos digitais e redes sociais,
- divulgação de projetos e campanhas institucionais,
- apoio à comunicação de eventos científicos e formativos,
- produção de conteúdos informativos para utentes e profissionais.

Canais Digitais:

Website www.apdp.pt				Newsletter	
27 notícias publicadas	482,9 mil visualizações	188,8 mil novos visitantes	51,52% taxa de envolvimento	31 envios para 30 mil subscritores	44,25% taxa de abertura

INSTAGRAM	FACEBOOK	LINKEDIN	YOUTUBE
91 publicações 105 histórias 6.333 seguidores Mais de 500 mil visualizações	180 publicações Mais de 26.384 seguidores Mais de 6,8 milhões visualizações	43 publicações 2.419 seguidores 84.677 impressões 30.414 usuários alcançados	8 vídeos publicados 816 subscritores 563.726 visualizações

Meios de Comunicação Social:

85 resultados
em TV

60 artigos em
imprensa

428 artigos
online

7 resultados
em rádio

Top 4 temas com maior destaque na Comunicação Social em 2025 com referência à APDP:

- **Campanha “O Seu Filho Tem Um Dedo Que Adivinha”**
- **Dia Mundial da Diabetes**
- **Recomendações Organização Mundial da Saúde (obesidade)**
- **Dia Mundial da Obesidade**

Campanhas de Comunicação

1. O seu filho tem um dedo que adivinha

Distinguida como o Prémio Prata na categoria “Comunicação e Relações-Públicas e Estratégia de Comunicação” nos APPM Marketing Awards 2025, bem como com Ouro e Prata nos Prémios Lusófonos da Criatividade.

2. Consignação IRS: “Junte-se a mim e apoie a APDP”

Em 2025, a campanha de consignação do IRS contou com o apoio da apresentadora e atriz Marisa Cruz, que associou a sua imagem à iniciativa, com o objetivo de reforçar a notoriedade da causa e incentivar a participação dos contribuintes.

3. Campanha de angariação de fundos por MbWay

No Dia Mundial da Diabetes, o MB Way desenvolveu, em colaboração com a APDP, uma campanha de angariação de fundos com o objetivo de mobilizar donativos para o combate à diabetes. A campanha foi promovida sob o mote “100 anos. Uma missão: um mundo sem diabetes”, associando-se, assim, às comemorações do centenário da APDP.

A comunicação teve também um papel importante na visibilidade de projetos e iniciativas da APDP, contribuindo para aumentar o alcance público e reforçar o posicionamento da instituição na área da diabetes.

Serviço Social

O Serviço Social foi integrado em 2017 nas Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (APDP), com a finalidade de compreender as determinantes sociais na diabetes mellitus.

Em 2025, o Serviço Social acompanhou 109 utentes, maioritariamente adultos e idosos, com predominância de diabetes tipo 2 e situações de vulnerabilidade social. Os principais motivos de intervenção incluíram carências económicas, medicamentosas, alimentares, de transporte e apoio familiar.

Foram realizados 805 atendimentos, bem como numerosas articulações internas e externas, reforçando a resposta integrada às necessidades dos utentes. O Serviço Social participou ainda em projetos específicos e manteve acompanhamento contínuo de utentes, prevendo-se a continuidade de 173 processos ativos em 2026.

Em síntese, o Serviço Social contribuiu de forma relevante para a qualidade dos cuidados, apoio social e melhoria dos serviços prestados pela APDP, evidenciando uma intervenção estruturada e centrada no utente.

Gabinete do Cidadão

A Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (APDP) criou o Gabinete do Cidadão em 2020 com o intuito de melhorar a sua prestação de serviços a utentes, associados e pessoas com diabetes, pelo que a colaboração de todos os envolvidos é fundamental, podendo recorrer ao Gabinete do Cidadão para deixar as suas observações, sugestões, elogios ou reclamações.

O Gabinete do Cidadão funciona também como elo entre os cidadãos, os colaboradores e a Direção Clínica da APDP. Tem como missão assegurar a satisfação das pessoas com diabetes, apelando à participação dos cidadãos com vista à melhoria dos serviços de saúde.

Em 2025, o Gabinete do Cidadão da APDP manteve o seu papel como elo entre utentes, colaboradores e Direção Clínica, promovendo a melhoria contínua dos serviços e a satisfação das pessoas com diabetes.

Registou-se um total de 233 comunicações, incluindo 78 elogios, 124 reclamações e 31 sugestões, representando um ligeiro aumento face a 2024.

Os principais temas incidiram sobre atendimento, tempos de espera, farmácia e processos administrativos. As reclamações e sugestões foram analisadas individualmente, originando medidas corretivas e melhorias nos serviços.

Foram ainda realizados 658 atendimentos adicionais, sobretudo relacionados com receituários, portal do utente, farmácia e esclarecimentos diversos.

Atividade de Investigação & Desenvolvimento

Em 2025, o Departamento de Estudos, Projetos e Investigação da APDP registou um crescimento significativo da atividade, com aumento do número de projetos, candidaturas e parcerias, apesar dos desafios ao nível dos recursos humanos.

Foram submetidas cerca de 20 candidaturas a financiamento, maioritariamente internacionais, e iniciados 3 novos projetos de investigação. No âmbito dos Estudos e Projetos, foram apresentadas 14 propostas de intervenção comunitária e iniciados 9 projetos, reforçando a intervenção no terreno.

A nível científico, destacam-se projetos nas áreas da gestão da diabetes, inteligência artificial, literacia em saúde e prevenção de complicações, tanto a nível nacional como internacional.

Na vertente comunitária, foram desenvolvidos diversos programas de capacitação, nomeadamente iniciativas “Casa da Diabetes”, formação de cuidadores, programas de promoção de estilos de vida saudáveis e intervenções dirigidas a populações vulneráveis.

O ano ficou ainda marcado pelo reforço de parcerias nacionais e internacionais e pela participação em redes e projetos europeus, contribuindo para a partilha de conhecimento e inovação na área da diabetes.

Destacam-se também reconhecimentos externos, como a nomeação do projeto *Healthy Food Healthy Planet* e a distinção do projeto *eDiabetes*, evidenciando o impacto e qualidade do trabalho desenvolvido.

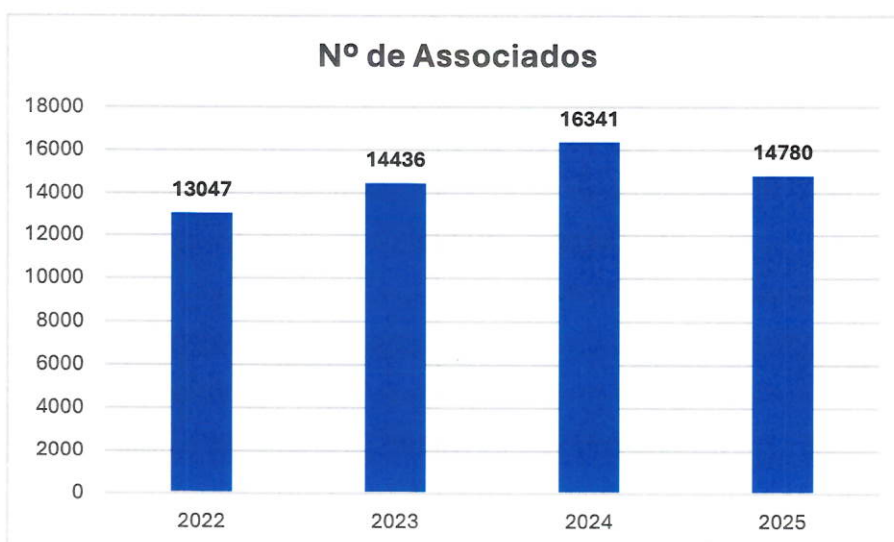
Em síntese, 2025 foi um ano de expansão, inovação e consolidação científica e comunitária, reforçando o papel da APDP na investigação e intervenção na área da diabetes.

Atividade Associativa

Evolução do número de associados:

Referente ao ano 2025 continuamos com a suspensão de inscrição de sócio não utentes da APDP. Tivemos uma diminuição de 9,5% de sócios ativos.

O número de associados da APDP evoluiu conforme o gráfico abaixo ilustra:



Proteção de Dados

A proteção de dados pessoais constitui uma obrigação legal aplicável a todas as entidades que procedem ao tratamento de dados pessoais, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 — Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), executado na ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. O cumprimento deste enquadramento normativo assume, atualmente, particular relevância, contribuindo para o reforço da credibilidade institucional e para a preservação da confiança dos seus utilizadores. Deste modo, durante o ano de 2025 realça-se as seguintes atividades:

- Monitorização contínua do cumprimento das normas de proteção de dados
- Apoio às equipas internas na aplicação de boas práticas

- Gestão de pedidos relacionados com dados pessoais (ex: acesso, retificação)
- Avaliação de riscos e análise de conformidade em projetos e processos

Segurança e conformidade

- Reforço das medidas de segurança da informação
- Acompanhamento de incidentes (quando aplicável)
- Implementação de melhorias nos procedimentos internos

Formação e sensibilização

- Realização de ações de formação para colaboradores
- Promoção da cultura de proteção de dados dentro da instituição

Desafios identificados

- Necessidade de reforçar a sensibilização contínua dos profissionais
- Acompanhamento da evolução legal e tecnológica
- Integração da proteção de dados em novos projetos e sistemas

No ano de 2025 evidenciou-se uma evolução positiva na maturidade da proteção de dados, com reforço da conformidade legal, melhoria dos processos internos e crescente integração da privacidade nas atividades da instituição.

5.2 Desempenho Financeiro

Envolvente externa

Política, Economia e demografia

Em 2025, Portugal viveu um contexto de crescimento económico moderado, num ambiente europeu ainda condicionado pela desaceleração da atividade, pela normalização da política monetária e pela persistência de incerteza externa. No conjunto do ano, o Produto Interno Bruto cresceu 1,9% em termos reais, após 2,1% em 2024, atingindo cerca de 307 mil milhões de euros em termos nominais. A inflação média anual desacelerou para 2,3%, contribuindo para alguma estabilização do contexto económico e para um alívio parcial da pressão sobre os orçamentos das famílias e das instituições, embora se tenham mantido custos elevados em bens essenciais. O mercado de trabalho apresentou, por sua vez, um

desempenho favorável, com a taxa média anual de desemprego a descer para 6,0%, o valor mais baixo desde 2011, e com a população empregada média a aumentar para 5,275 milhões de pessoas. Este enquadramento traduziu uma economia relativamente resiliente, ainda que marcada por desigualdades sociais persistentes e por pressões relevantes sobre os serviços públicos.

Do ponto de vista demográfico, Portugal entrou em 2025 com uma população residente estimada em 10.749.635 pessoas, mantendo o crescimento populacional pelo sexto ano consecutivo. Esse aumento resultou sobretudo de um saldo migratório positivo de 143.641 pessoas, suficiente para compensar um saldo natural negativo de -33.732. Apesar desse crescimento, manteve-se o agravamento do envelhecimento demográfico, com 192,4 idosos por cada 100 jovens e uma idade mediana de 47,3 anos. As projeções oficiais confirmam que esta tendência é estrutural e deverá prolongar-se nas próximas décadas, com redução da população jovem e ativa e aumento do peso relativo da população idosa. Para o setor da saúde, e em particular para a diabetes, este cenário assume especial relevância, dado o aumento esperado da prevalência de doenças crónicas, multi morbidade e necessidade de acompanhamento continuado.

No plano político-institucional, 2025 ficou assinalado pelas eleições legislativas de 18 de maio, que deram origem à 17.^a Legislatura. O resultado eleitoral confirmou um quadro parlamentar fragmentado: a coligação AD (PSD/CDS) obteve 31,79% dos votos e 91 deputados, o PS alcançou 22,83% e 58 deputados, e o Chega reuniu 22,76% e 60 deputados. Este contexto reforçou a necessidade de maior negociação política e acentuou a importância da estabilidade e da capacidade de concertação na execução das políticas públicas, designadamente nas áreas da saúde, da proteção social e da sustentabilidade financeira. Em simultâneo, foram implementadas medidas com impacto direto nas famílias e na atividade económica, entre as quais o aumento do salário mínimo nacional para 870 euros, a atualização dos escalões do IRS em 4,62%, o alargamento do IRS Jovem e o reforço de algumas prestações sociais.

Saúde

Na saúde, Portugal continuou a apresentar indicadores globalmente positivos em matéria de resultados, coexistindo, porém, com fragilidades estruturais no acesso, no financiamento e na capacidade de resposta do sistema. A esperança de vida atingiu 82,7 anos, acima da média da União Europeia, embora apenas 54% dos adultos referissem estar

em bom estado de saúde. As doenças cardiovasculares e o cancro mantiveram-se como as principais causas de morte, confirmando o peso dominante das doenças crónicas não transmissíveis no perfil epidemiológico nacional. Em 2023, a despesa em saúde ascendeu a 3.001 euros per capita, equivalente a 10% do PIB, mas apenas 62% dessa despesa teve financiamento público, enquanto os pagamentos diretos das famílias atingiram 29%, valor elevado em comparação com a média europeia. Cerca de 15% da população, o equivalente a 1,6 milhões de pessoas, permanecia sem médico de família atribuído. O RADIS 2025 reconhece avanços na cobertura assistencial, na atividade do SNS24, na hospitalização domiciliária e na cirurgia em ambulatório, mas assinala persistentes dificuldades de acesso, tempos de resposta insuficientes, assimetrias territoriais e limitações de literacia em saúde.

Saúde e a Diabetes

Neste enquadramento, a diabetes manteve-se, em 2025, como um dos principais desafios de saúde pública em Portugal. O Relatório Anual do Observatório Nacional da Diabetes, publicado em 2025 com dados de 2024, estima uma prevalência de 14,2% na população entre os 20 e os 79 anos, o que corresponde a cerca de 1,2 milhões de pessoas. Em Portugal Continental, estavam registados 1.006.553 utentes com diabetes nos cuidados de saúde primários do SNS, tendo sido identificados 88.467 novos casos, correspondentes a uma incidência de 781,8 por 100.000 habitantes. O impacto económico da doença permanece muito expressivo, com um custo direto estimado entre 1.500 e 1.800 milhões de euros, equivalente a 0,5% a 0,6% do PIB e a cerca de 5% a 6% da despesa total em saúde. A diabetes esteve ainda associada a 2,7% dos óbitos no último ano com informação consolidada disponível. O IDF Diabetes Atlas confirma esta relevância, estimando 1.094.800 adultos com diabetes em Portugal e 43,6% de casos potencialmente não diagnosticados.

A evolução da diabetes em Portugal exige, cada vez mais, uma leitura articulada com a obesidade. Segundo o Country Health Profile 2025, 16% dos adultos portugueses eram obesos em 2022, valor ligeiramente acima da média da União Europeia, e entre os jovens de 15 anos a proporção com excesso de peso ou obesidade aumentou de 18% em 2018 para 20% em 2022. O estudo técnico do INFARMED sobre a comparticipação de medicamentos para a obesidade aponta para uma prevalência ainda mais elevada, estimando 28,7% de obesidade e 38,9% de excesso de peso na população adulta entre os 25 e os 74 anos, com entre 170.405 e 180.880 adultos com obesidade grau II ou III

potencialmente elegíveis para terapêutica farmacológica. Neste contexto, a expansão dos agonistas do recetor GLP-1, como liraglutido, semaglutido e tirzepatida, assumiu relevância crescente no tratamento da obesidade e da diabetes tipo 2, abrindo novas possibilidades no controlo do peso e na melhoria metabólica.

Contudo, esta evolução trouxe também novos desafios. O INFARMED assinalou constrangimentos na disponibilidade de medicamentos do recetor GLP-1, referindo expressamente que a utilização para indicações não aprovadas, nomeadamente perda de peso, contribuiu para agravar a escassez e exigiu medidas de contenção e monitorização. Em 2025, esta matéria ganhou maior relevância regulatória com a introdução de um novo regime excecional de comparticipação para tecnologias de saúde destinadas à automonitorização da glicemia e ao controlo da diabetes *mellitus*, abrangendo recetores de GLP-1 e sensores de glicose intersticial, com regras específicas de prescrição e enquadramento clínico.

Outro desenvolvimento particularmente relevante em 2025 foi a alteração da política de acesso às bombas automáticas de insulina. A Portaria n.º 18/2025/1 criou um regime excecional de comparticipação a 100% para os dispositivos de perfusão subcutânea contínua de insulina, para os sistemas de monitorização contínua da glicose integrados com esses dispositivos e respetivos consumíveis, determinando a sua dispensa em farmácia de oficina para beneficiários do SNS.

A APDP saudou publicamente esta medida, sublinhando tratar-se de uma reivindicação antiga da associação. Na sua comunicação institucional, destacou que a disponibilização das bombas nas farmácias constitui uma forma mais eficaz de agilizar o acesso e salientou a relevância desta mudança para as mais de 5.000 crianças e jovens com diabetes tipo 1 que podem beneficiar destes dispositivos. A associação referiu ainda que a utilização destas bombas poderá contribuir para melhor compensação metabólica, bem como para uma redução de 80% do número de picadas nos dedos e de 95% do número de injeções anuais, com impacto muito significativo na qualidade de vida. Neste enquadramento, a atividade da APDP desenvolveu-se num contexto de elevada exigência e de reconhecida relevância estratégica. O país combina crescimento económico moderado, envelhecimento demográfico, pressão persistente sobre o SNS, elevada prevalência de diabetes e importância crescente da obesidade enquanto fator metabólico e clínico.

Simultaneamente, a inovação terapêutica e tecnológica ganhou novo protagonismo, quer através dos GLP-1, quer através da reorganização do acesso a sensores e bombas de insulina. Neste cenário, a missão da APDP mantém-se particularmente atual e necessária, seja na prestação de cuidados diferenciados, seja na educação terapêutica, na produção de conhecimento, na defesa do acesso à inovação e na promoção de melhores condições de vida para as pessoas com diabetes.

Exercício Económico de 2025

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2023	2024	2025	Crescimento % 2024-2025	Peso %	Peso %	Peso %
					2023	2024	2025
Proveitos Operacionais	12 936 663	16 600 096	18 630 280	12,23%	100,00%	100,00%	100,00%
Vendas e serviços prestados	11 257 971	14 939 847	16 744 569	12,08%	87,02%	90,00%	89,88%
Subsídios, doações e legados à exploração	20 318	84 133	78 148	-7,11%	0,16%	0,51%	0,42%
Outros rendimentos e ganhos	1 658 374	1 576 115	1 807 564	14,68%	12,82%	9,49%	9,70%
Custos Operacionais	12 583 173	16 317 681	18 275 968	12,00%	97,27%	98,30%	96,10%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 454 744	8 417 163	9 149 781	8,70%	34,44%	50,71%	49,11%
Fornecimentos e serviços externos	1 975 253	2 220 802	2 309 662	4,00%	15,27%	13,38%	12,40%
Gastos com o pessoal	4 569 917	4 976 114	5 872 861	18,02%	35,33%	29,98%	31,52%
Outros gastos e perdas	208 436	703 602	745 760	5,99%	1,61%	4,24%	4,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 374 823	0	197 904	100,00%	10,63%	0,00%	1,06%
Resultados antes de depr., gastos de financ. e impostos (EBI)	353 490	282 416	354 312	25,46%	2,73%	1,70%	1,90%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	284 521	323 053	339 457	5,08%	2,20%	1,95%	1,82%
Resultado operacional (EBIT)	68 968	-40 637	14 855	-136,56%	0,53%	-0,24%	0,08%
Juros e rendimentos similares obtidos	153	70 480	79 042	12,15%	0,00%	0,42%	0,42%
Resultados antes de encargos financeiros e impostos	69 121	29 843	93 897	214,64%	0,53%	0,18%	0,50%
Juros e gastos similares suportados	0	140	157	11,91%	0,00%	0,00%	0,00%
Resultados antes de imposto	69 121	29 702	93 741	215,60%	0,53%	0,18%	0,50%
Imposto estimado para o período	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Resultado líquido do período	69 121	29 702	93 741	215,60%	0,53%	0,18%	0,50%

O exercício económico de 2025 da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP) reflete a atuação da Direção durante o mandato vigente, da qual salientamos os seguintes factos ocorridos:

- No exercício de 2025 a APDP teve um desempenho operacional e financeiro sólido. A performance reflete a trajetória de crescimento operacional sustentado, consolidando a sua posição de referência na área da Diabetes em Portugal, no início do ano comemorativo dos seus 100 anos de existência.
- Os proveitos operacionais atingiram um valor de 18,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 12,23% em relação a 2024. O EBITDA foi de 0,35 milhões de euros, um acréscimo de 25,46 % em relação a 2024;
- O resultado líquido foi de cerca de 93 mil de euros, um acréscimo de cerca de 64 mil de euros em relação a 2024;
- O ativo não corrente representa 7,4 milhões de euros (+1,1%) face ao final de 2024, devido ao crescimento do ativo fixo tangível;
- A APDP não tem qualquer dívida financeira;

- Em termos de investimento destacamos o investimento realizado em painéis solares (cerca 50k) e na rampa de acesso à APDP (25k).

Proveitos Operacionais

	2023	2024	2025	crescimento%	peso%	peso%
PROVEITOS OPERACIONAIS	2023	2024	2025	2024-2025	2024	2025
VENDAS	3 996 580	6 641 492	9 708 875	46,19%	40,0%	52,1%
Farmácia	3 996 507	6 641 426	9 708 787	46,19%	40,0%	52,1%
Merchandising	73	65	88	35,21%	0,0%	0,0%
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2023	2024	2025	2024-2025	2024	2025
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	7 261 463	8 298 356	7 035 693	-15,22%	50,0%	37,8%
Saúde	6 968 364	7 853 734	6 195 107	-21,12%	47,3%	33,3%
SNS	6 322 723	7 212 124	5 518 177	-23,49%	43,4%	28,6%
ACSS	-	6 996 847	5 336 522	-23,73%	42,1%	28,6%
ARS LVT	5 924 822	-	-	0,00%	0,0%	0,0%
Outras ULS	397 901	215 278	181 655	-15,62%	1,3%	1,0%
Subsistemas	394 878	397 950	410 667	3,20%	2,4%	2,2%
Utentes	250 763	243 660	266 264	9,28%	1,5%	1,4%
Quotizações	262 390	381 603	745 882	95,46%	2,3%	4,0%
Serviços Secundários	839	39 728	73 560	85,16%	0,2%	0,4%
Formação Profissional	29 870	23 290	21 145	-9,21%	0,1%	0,1%
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES e LEGADOS À EXPLORAÇÃO	2023	2024	2025	2024-2025	2024	2025
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES e LEGADOS À EXPLORAÇÃO	20 318	84 133	78 148	-7,11%	0,5%	0,4%
Subsídios do Estado	20 318	9 133	3 148	-65,54%	0,1%	0,0%
IEFP	20 318	9 133	3 148	-65,54%	0,1%	0,0%
Subsídios de Outras Entidades	-	75 000	75 000	0,00%	0,5%	0,4%
SCML	-	75 000	75 000	0,00%	0,5%	0,4%
Fundação Ernesto Roma	-	-	-	0,00%	0,0%	0,0%
OUTROS GANHOS E RENDIMENTOS	2023	2024	2025	2024-2025	2024	2025
OUTROS GANHOS E RENDIMENTOS	1 658 298	1 576 115	1 807 564	14,68%	9,5%	9,7%
RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	577 530	487 396	524 096	7,53%	2,9%	2,8%
DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO OBTIDOS	364	1 509	215	-85,77%	0,0%	0,0%
GANHOS EM SUBSIDIÁRIAS	-	7 065	1 786	-74,72%	0,0%	0,0%
RENDIMENTOS RESTANTES ATIVOS FINANCEIROS	36	-	-	0,00%	0,0%	0,0%
RENDIMENTOS EM INVEST. NÃO FINANCEIROS	336 704	321 078	359 126	11,85%	1,9%	1,9%
Locação Escola	236 250	215 015	247 075	14,91%	1,3%	1,3%
Locação Dialise	95 834	101 931	104 699	2,72%	0,6%	0,6%
Locação de Salas / Cursos de Formação	1 695	230	3 450	1400,00%	0,0%	0,0%
Locação Cafeteria	2 927	3 902	3 902	0,00%	0,0%	0,0%
OUTROS	743 626	759 067	922 341	21,51%	4,6%	5,0%
OUTROS diversos	506 609	317 202	588 170	85,42%	1,9%	3,2%
DONATIVOS	237 017	441 866	334 171	-24,37%	2,7%	1,8%
Donativos Particulares	17 618	42 328	30 841	-27,14%	0,3%	0,2%
Donativos Empresas	37 701	221 990	96 282	-56,63%	1,3%	0,5%
Anónimos	719	10 314	5 674	-44,99%	0,1%	0,0%
Em espécie	33 691	19 800	25 221	27,38%	0,1%	0,1%
Consignação	147 287	147 434	176 153	19,48%	0,9%	0,9%
Total	12 936 663	16 600 099	18 630 281	12%	100,0%	100,0%

Vendas:

As vendas, cujo principal contribuição é a faturação gerada na farmácia, representaram 52,1% dos proveitos operacionais gerados. Registou-se uma subida de 46,19% face ao ano transato derivado a 2 factores: crescimento de vendas dos produtos GLP1 e da comercialização das bombas de insulina.

Prestações de Serviços:

As prestações de serviços (Saúde, Quotizações e Formação Profissional) representaram 37,8% dos proveitos operacionais gerados, com grande expressão para a prestação de serviços de saúde (cerca de 33,3%), com destaque para os proveitos oriundos do Protocolo estabelecido com a ACSS (28,6%). Em 2024, nas receitas associadas ao protocolo foram considerados os proveitos referentes à Adenda ao Protocolo referente à linha de bombas de insulina, que não são recorrentes (1.891.730,64): i) aquisição de Bombas PSCI no valor de € 1.251.320,00 ii) Aquisição de consumíveis no montante de € 640.410,64. Este valor afeta o grau de comparabilidade face ao ano anterior, sendo que se expurgado temos em 2025 um acréscimo de cerca de 283 mil euros.

O valor considerado na rubrica do protocolo com a ACSS, foi incluído o valor da linha de produção relativa ao Programa de Tratamento de Doentes com Dispositivos PSCI, referentes a colocação e acompanhamento das pessoas com diabetes tipo 1 e tipo 2 que necessitam de bombas de insulina para o seu tratamento, ainda não faturados no ano de 2025, no valor de 595.425,86 €.

As quotizações subiram 95,46%, fruto não só de mais sócios ativos, do aumento de quotas aprovado na última AG e de historicamente o princípio da especialização das quotas estar derogado no que concerne a ser aplicada a contabilização das quotas dos sócios ativos, sendo contabilizadas apenas quando recebidas. Em 2025 a APDP decidiu doravante estender a aplicação deste princípio, especializando o valor das quotas de todos os sócios ativos, independentemente do seu recebimento ou não. Assim, foi reconhecimento o valor de 188.544 € de quotas referentes a 3.928 sócios ativos que a 31.12.2025 ainda não haviam efetuado o respetivo pagamento.

Subsídios:

Esta rubrica, que representa 0,4% do Proveitos Operacionais e na sua composição está essencialmente o protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Outros rendimentos e ganhos:

A APDP procura diversificar as suas fontes de rendimento, e o esforço da Direção e da sua equipa em 2025 conduziu a obtenção de cerca de 1,8 milhões de euros (+14,68% face ao ano transato), valor que representou 9,7% dos proveitos operacionais gerados.

Destacamos não só o crescimento do valor obtido em rendimentos suplementares (estudos práticos ensaios clínicos) com mais 7,53% em comparação com o período homólogo, donativos de empresas e IRS, que decresceu 24,37%, bem como rendimentos de investimentos não financeiros, como da renda da Rua de Sol ao Rato, que obteve um aumento de 11,8%.

Custos Operacionais

CMVMC	2023	2024	2025	2024-2025	2024	2025
Mercadorias	3 358 809	5 601 757	8 455 027	51%	66,6%	92,4%
Materiais de Consumo	1 095 935	2 815 406	694 754	-75%	33,4%	7,6%
Total # 61	4 454 744	8 417 163	9 149 781	9%	100,0%	100,0%

(0)

FSE	2023	2024	2025	Crescimento%	peso%	
					2024	2024
Subcontratos	15 222	10 712	16 529	54%	0,5%	0,7%
Trabalhos Especializados	1 061 079	1 227 211	1 338 715	9%	55,3%	58,0%
Equipamento	24 957	19 155	21 672	13%	0,9%	0,9%
Serviços médicos	351 682	442 284	547 025	24%	19,9%	23,7%
Outros Trabalhos Especializados	684 441	765 772	770 019	1%	34,5%	33,3%
Publicidade e Propaganda	806	-	-	0%	0,0%	0,0%
Comissões	695	735	697	-5%	0,0%	0,0%
Vigilância e Segurança	31 254	29 084	40 758	40%	1,3%	1,8%
Honorários	239 226	298 632	293 684	-2%	13,4%	12,7%
Conservação e Reparação	188 969	197 970	148 154	-25%	8,9%	6,4%
No Edifício	56 923	84 608	62 633	-26%	3,8%	2,7%
Em equipamento	132 046	113 361	85 521	-25%	5,1%	3,7%
Materiais	23 606	27 793	27 020	-3%	1,3%	1,2%
Energia e Fluidos	124 164	147 596	141 767	-4%	6,6%	6,1%
Eletricidade	109 805	130 921	124 924	-5%	5,9%	5,4%
Água	14 359	16 675	16 843	1%	0,8%	0,7%
Deslocações, estadas e transportes	50 719	46 009	43 944	-4%	2,1%	1,9%
Serviços diversos	239 514	235 060	258 395	10%	10,6%	11,2%
Deslocações	2 737	1 243	6 011	384%	0,1%	0,3%
Rendas e alugueres	1 186	2 403	13 176	448%	0,1%	0,6%
Comunicações	54 113	56 271	56 189	0%	2,5%	2,4%
Seguros	21 565	3 764	21 423	469%	0,2%	0,9%
Limpeza, higiene e conforto	69 680	61 281	65 556	7%	2,8%	2,8%
Outros serviços	90 232	110 099	96 040	-13%	5,0%	4,2%
Total #62	1 975 254	2 220 802	2 309 662	4%	100,0%	100,0%

Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas (CMVMC):

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas registam um acréscimo de 51% face a 2025, intimamente ligado ao acréscimo de faturação da farmácia.

A rubrica Materiais de Consumo registou um decréscimo de 75%, muito por fruto da aquisição de dispositivos e consumíveis ao abrigo do Programa PCSI deixar de ter sido por via da ACSS e ser por participação na farmácia.

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE):

O valor de Fornecimentos e serviços externos teve um acréscimo em 2025 de cerca de 4%, um pouco acima da inflação essencialmente associada à rubrica de trabalhos especializados (+9% face ao ano transato). As rubricas com maior peso são os serviços médicos (+23,7%) e trabalhos especializados (33,3%). A rubrica de serviços médicos reflete não só o aumento do valor efetuado aos prestadores mas também a dificuldade em contratar médicos para os quadros.

Noutras rubricas registamos o aumento do valor de vigilância em virtude do alargamento do período de vigilância humana e também da instalação da videovigilância.

Gastos com o Pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL	2023	2024	2025	Crescimento%	peso%	peso%
				2024-2025	2024	2024
Remunerações do Pessoal	3 688 120	3 865 781	4 694 802	21%	77,7%	79,9%
Encargos sobre remunerações	763 687	811 719	971 242	20%	16,3%	16,5%
Seguros de acidente de trabalho	24 310	30 026	31 980	7%	0,6%	0,5%
Outros gastos com o pessoal	87 810	215 259	174 838	-19%	4,3%	3,0%
Indemnizações	5 990	53 328	-	-100%	1,1%	0,0%
Total #63	4 569 917	4 976 114	5 872 861	18%	100,0%	100,0%

A rubrica de gastos com pessoal registou um acréscimo de cerca de 18% face a 2024 que resultou de ajustes salariais ocorridos para ajustar a massa salarial ao dinamismo do mercado e reter talento, e também pelo aumento de nº de trabalhadores.

O número de pessoas do quadro a 31 de dezembro de 2025 era de 156 com a seguinte distribuição:

Quadro RH	2022	2023	2024	2025
Médicos	25	23	21	21
Técnicos Superior de Saúde	23	11	15	18
Técnicos Diagnóstico e Terapêuticos	8	22	19	20
Enfermeiros	27	27	32	32
Serviços de apoio / Administrativos Auxiliares	33	31	32	31
<i>Auxiliares de Ação Médica</i>	10	18	19	19
<i>Auxiliares dos Serviços Gerais</i>	18	14	14	15
Total	144	146	152	156

Em resposta à saída de vários trabalhadores (por motivo de demissão, passagem à situação de pensionista, não renovação de contrato, etc.), e de forma a assegurar os serviços prestados, em 2025 foram realizados 13 processos de recrutamento que resultaram na contratação de: 2 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 6 enfermeiros, 1 administrativo, 3 auxiliares de ação médica, 1 trabalhador auxiliar dos serviços gerais.

Imparidades:

Foram consideradas as seguintes imparidades:

1. Em 2025 a APDP ultrapassou o volume de produção contratualizado com a ACSS, tendo a APDP em concordância faturado esse excesso. Esse valor totaliza 102.338,66 €, valor este que não será reembolsado;
2. Para quotas com atraso superior a 6 meses, aplicou-se uma percentagem de dedução baseada nesse tempo de atraso de 25%, fazendo-se assim um ajustamento contabilístico utilizado para antecipar perdas de recebimentos de 23.568 € ;
3. Considerando os acréscimos de proveitos, no valor de 50.092,41€ referentes ao ano de 2021 da ARS Algarve e de 49.629,86 € referentes ao ano de 2022, dada a ausência de resposta oficial quanto à elegibilidade destes acréscimos, e em virtude do tempo decorrido propõem-se constituir provisão dos supramencionados valores.

Depreciações:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis registaram um acréscimo de 5,08% face a 2024, resultado de pequenos investimentos de substituição realizados.

Juro obtidos / suportados:

Na rubrica de juros apresenta valores expressivos de juros corridos obtidos e acrescidos, fruto da constituição de aplicações a prazo no montante global de €3.381.000.

Balanço

Analisada a demonstração de resultados por natureza passamos à análise do Balanço que nos dá uma imagem dos direitos e obrigações da associação em relação a terceiros.

No ativo corrente o facto mais significativo corresponde à almofada financeira disponível em aplicações a prazo no valor de €3.381.000.

Relativamente ao passivo o destaque é a ausência de qualquer endividamento financeiro, embora se tenha em 2019 contratualizado uma conta corrente caucionada, que se mantém, apenas utilizada pontualmente.

A APDP tem a situação contributiva regularizada perante a AT e perante a Segurança Social.

Principais rácios:

Rentabilidade das Vendas	2023	2024	2025	Recomendado	Resultado
Margem EBITDA	2,7%	1,7%	1,9%	> 0	Conforme
Margem EBIT	0,5%	-0,2%	0,1%	> 0	Conforme
Rentabilidade Líquida das Vendas	0,5%	0,2%	0,5%	> 0	Conforme
Rácio de Solvabilidade	2023	2024	2025	Recomendado	Resultado
Capital Próprio / Capital Alheio	0,67	0,66	0,69	> 0,5	Conforme
Rácio de Endividamento Global	2023	2024	2025	Recomendado	Resultado
Dívida / Ativo Total	0%	0%	0%	< 150%	Conforme
Rácio de Autonomia Financeira	2023	2024	2025	Recomendado	Resultado
Capital Próprio / Ativo Líquido	61%	67%	69%	>25%	Conforme
Rácio de Despesa com pessoal e administração face aos rendimentos anuais	2023	2024	2025	Recomendado	Resultado
Gastos com Pessoal / Vendas	35%	30%	32%	< 66,6%	Conforme

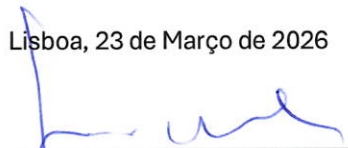
FACTOS SUBSEQUENTES

Nada a assinalar.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que o Resultado Líquido do Período, positivo, no valor de **93.741,83 € (noventa e três mil setecentos e quarenta e um mil euros e oitenta e três cêntimos)** seja transferido para a conta de **RESULTADOS TRANSITADOS**.

Lisboa, 23 de Março de 2026



Dr. José Manuel Boavida

Presidente



Dr. João Filipe Raposo

Diretor Clínico

6. AGRADECIMENTOS

Neste caminho percorrido de mais um ano de trabalho, rumo ao centário, a Direção gostaria de enaltecer e agradecer a todos os que apoiam o dia a dia da APDP, particularizando os nossos trabalhadores, pelo elevado profissionalismo e dedicação, dando o seu melhor, individualmente e em equipa e que com tanto esforço e empenho ajudam na nossa luta contra Diabetes.

Agradecemos também a todos os parceiros, desde instituições públicas, privadas e todos os parceiros institucionais, nacionais ou internacionais, que apoiam e contribuem para o desenvolvimento sustentável desta Associação.

Por fim, aos nossos utentes, para com quem temos um forte compromisso e missão de os apoiar prestando-lhes serviços clínicos e educativos de elevada e contínua qualidade.

7.ANEXOS

7.1 Demonstrações Financeira 2025

Balanço em 31 de Dezembro de 2025:

APDP- Associação Protectora Diabéticos Portugal		Contribuinte: 500851875	
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2025		Moeda: (Valores em Euros)	
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 REG 2025	31 REG 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1.5	7 423 900,60	7 334 897,22
Bens do património histórico e artístico e cultural	3.2.2.5	8 704,20	8 704,20
Ativos intangíveis	3.2.1.5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	3.2.4	97 590,68	102 290,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		7 530 195,48	7 445 891,48
Activo corrente			
Inventários	3.2.5.8	289 418,92	152 591,63
Créditos a receber	3.2.6;13.1	2 091 886,48	1 001 455,09
Estado e outros entes públicos	13.7	25,24	11 085,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	13.3	19 514,78	20 723,88
Outros ativos correntes	13.2	477 828,43	3 031 343,52
Caixa e depósitos bancários	3.2.6;13.4	3 642 892,92	3 368 768,09
		6 521 566,77	7 385 967,67
Total do ativo		14 051 762,25	15 031 859,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.5	2 247 840,65	2 247 840,65
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	13.5	5 143 427,85	5 143 427,85
Resultados transitados	13.5	-16 781,15	248 484,27
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	2 344 904,76	2 368 529,24
		9 719 392,11	10 008 282,01
Resultado líquido do período	13.5	93 740,83	29 702,42
Total dos fundos patrimoniais		9 813 132,94	10 037 984,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13.6	2 392 822,91	3 247 076,17
Estado e outros entes públicos	13.7	318 414,31	348 422,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.8	47 044,71	380 000,00
Diferimentos	13.3	32 448,82	46 734,82
Outros passivos correntes	13.8	1 447 698,56	1 071 641,28
		4 238 629,31	4 993 874,72
Total do passivo		4 238 629,31	4 993 874,72
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14 051 762,25	15 031 859,15

Demonstração dos resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2025:

APDP - Associação Protectora Diabéticos Portugal

Contribuinte: 500851875

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	16.744.568,89	14.939.847,27
Subsídios, doações e legados à exploração	10.13.9	78.147,68	84.133,17
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-9.149.781,22	-8.417.162,97
Fornecimentos e serviços externos	13.10	-2.309.662,24	-2.220.801,83
Gastos com o pessoal	11	-5.872.861,09	-4.976.113,60
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		27.725,14	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	-225.628,93	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.11	1.807.564,05	1.576.115,43
Outros gastos	13.12	-745.759,53	-703.602,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		354.312,75	282.415,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-339.457,00	-323.052,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14.855,75	-40.637,48
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	79.041,89	70.480,02
Juros e gastos similares suportados	13.13	-156,81	-140,12
Resultados antes de impostos		93.740,83	29.702,42
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.9	0,00	0,00
Resultado líquido do período		93.740,83	29.702,42

Demonstração dos fluxos de caixa a 31 de Dezembro de 2025:

APDP- Associação Protectora Diabéticos Portugal
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	13.1	19 936 050,48	15 905 880,24
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	13.6	-13 284 970,05	-9 091 777,64
Pagamentos ao pessoal	11	-3 641 581,19	-3 255 869,80
Caixa gerada pelas operações	11	3 009 499,24	3 558 232,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	13.4;13.8	-2 649 617,92	-1 119 265,73
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		359 881,32	2 438 967,07
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis	3.2.1.;5	-187 220,75	-252 776,87
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	13.13	101 464,26	18 627,93
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-85 756,49	-234 148,94
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		274 124,83	2 204 818,13
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 368 768,09	1 163 949,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 642 892,92	3 368 768,09

**APDP- Associação Protectora
Diabéticos Portugal**

Anexo

23 de março de 2026

Índice

<u>1</u>	<u>Identificação da Entidade</u>	3
<u>2</u>	<u>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras</u>	4
<u>3</u>	<u>Principais Políticas Contabilísticas</u>	4
<u>3.1</u>	<u>Bases de Apresentação</u>	4
<u>3.2</u>	<u>Políticas de Reconhecimento e Mensuração</u>	6
<u>4</u>	<u>Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:</u>	10
<u>5</u>	<u>Locações Financeiras</u>	12
<u>6</u>	<u>Inventários</u>	12
<u>7</u>	<u>Rédito</u>	13
<u>8</u>	<u>Subsídios do Governo e apoios do Governo</u>	14
<u>9</u>	<u>Benefícios dos empregados</u>	14
<u>10</u>	<u>Divulgações exigidas por outros diplomas legais</u>	15
<u>11</u>	<u>Instrumentos financeiros</u>	15
<u>12</u>	<u>Benefícios dos empregados</u>	15
<u>13</u>	<u>Outras Informações</u>	15
<u>13.1</u>	<u>Clientes e Utentes</u>	15
<u>13.2</u>	<u>Outros Ativos Correntes</u>	16
<u>13.3</u>	<u>Diferimentos</u>	17
<u>13.4</u>	<u>Caixa e Depósitos Bancários</u>	18
<u>13.5</u>	<u>Fundos Patrimoniais</u>	18
<u>13.6</u>	<u>Fornecedores</u>	19
<u>13.7</u>	<u>Estado e Outros Entes Públicos</u>	19
<u>13.8</u>	<u>Outros Passivos Correntes</u>	20
<u>13.9</u>	<u>Subsídios, doações e legados à exploração</u>	20
<u>13.10</u>	<u>Fornecimentos e serviços externos</u>	21
<u>13.11</u>	<u>Outros Rendimentos</u>	21
<u>13.12</u>	<u>Outros Gastos</u>	22
<u>13.13</u>	<u>Resultados Financeiros</u>	23
<u>13.14</u>	<u>Acontecimentos após data de Balanço</u>	23

1 Identificação da Entidade

A APDP - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, com sede na Rua do Salitre n.º118-120 1250-203 em Lisboa, com o NIPC 500851875 é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, constituída em 13 de Maio de 1926 nos termos do n.º1 do artº 94 do estatuto aprovado pelo Dec. Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro. Encontra-se registada na Direção Geral da Segurança Social em 04/10/1982, sob o n.º1/82, no livro n.º 1 das instituições com fins de saúde.

A APDP tem como Atividade principal a prestação de cuidados de saúde à pessoa com diabetes. Tem por objeto a proteção dos diabéticos em situação de manifesta e reconhecida carência económica, com a prestação de cuidados de saúde de carácter preventivo, curativo e de reabilitação, estendendo a sua atividade a áreas da formação de profissionais de saúde no campo da diabetologia, em especial nos setores da educação, vigilância periódica e recuperação do diabético, assim como na prevenção e diagnóstico precoce da doença e das suas manifestações tardias.

Para além da atividade principal que deu origem à APDP esta desenvolve, também, outra atividade secundária a referir: a Farmácia Social.

Promove, também, com regularidade ações de formação profissional certificada e investigação científica no âmbito da diabetes e colabora com outros serviços nacionais e estrangeiros que desenvolvem os mesmos objetivos, nomeadamente, com a Federação Internacional de Diabetes - IDF- da qual é decana das instituições suas associadas.

Foi considerada como Grande Oficial da Ordem de Benemerência e recebeu do Ministério da Saúde a Medalha de Ouro como Menção Honrosa. Da Câmara Municipal de Lisboa recebeu a Medalha Municipal de Mérito - Grau Ouro.

É considerada uma Instituição de Superior Interesse Social por despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério da Saúde é, também, um Centro de referência para a Diabetes Pediátrica - SWEET - faz parte do Centro de Educação da IDF, e da Associação de Defesa dos Utentes de Saúde.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março que foi revogado pelo Dec.Lei 98/2015 de 2 de junho, Portaria 105/2011 revogada pela Portaria 220/2015 de 24 de julho e Portaria 106/2011 revogada pela Portaria 218/2015 de 23 de julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir, consideravelmente, o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios e reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas

demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

A Direção, em 2025, decidiu aplicar o princípio do acréscimo e da consistência no que se refere às quotas dos associados contabilizando os valores das quotas referentes ao exercício mesmo sem estarem liquidadas e contabilizando a respectiva imparidade. Devido a essa alteração de critério os réditos das quotas, em 2025, não são comparáveis com os valores de 2024.

Em 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor o valor de 4,00 euros mensal da quota de associado conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária de 21 de março de 2024.

A última actualização do valor de quotas tinha sido em 2010.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras que podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição, inicialmente, registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

O Ativo Fixo Tangível é constituído pelos seguintes montantes líquidos.

- 4 Edifícios no valor contabilístico de 6.789.826€
- Equipamento básico diverso no valor contabilístico de 377.660€
- Equipamento administrativo no valor contabilístico de 30.521€
- Outros ativos fixos tangíveis no valor contabilístico de 225.892€
- Ativos intangíveis no valor contabilístico de 0€

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os critérios estabelecidos relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis aplicam-se aos ativos intangíveis.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens que, inicialmente, foram adquiridos a título oneroso sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

Os Bens do património histórico e artístico dizem respeito ao Museu e à Biblioteca da APDP no valor de 9.654€ e 33.771€, respetivamente, sendo que estão amortizados pelo montante de 34.721€. O valor de 8.704€ não é passível de amortização.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Em 2025 a APDP não detém Propriedades de Investimento.

3.2.4 Investimentos financeiros

No exercício de 2025 contabilizou-se uma participação, positiva, da APDP em 100% e no montante de 1.786,29€ resultado da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial da empresa Noscito Unipessoal, Ldª referente ao exercício de 2025.

Os outros investimentos financeiros dizem respeito aos Fundos de Compensação do Trabalho - FCT - e referem-se aos colaboradores da APDP admitidos a partir de outubro de 2013.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários pelo custo médio ponderado.

Os inventários da APDP dizem respeito a:

Descritivo	Valor
Farmácia	286 025,53
Outros	3 393,39
Total	289 418,92

Os Inventários que a Entidade detém, mas, que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou aos serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade para gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo corrente e contabilizados diretamente a custos na conta 61. As existências da farmácia aumentaram 90%, cerca de 137 mil euros, face ao ano anterior, resultado do aumento das compras.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a Receber

Os Créditos a Receber encontram-se registadas pelo seu custo. Esta rubrica é apresentada no Balanço como Ativo Corrente.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser, imediatamente, mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e reservas;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Em 22 de maio de 2019 a APDP negociou uma conta caucionada no valor de trezentos mil euros com uma TAN de 2,00% para fazer face a necessidades de tesouraria pontuais.

Em 2025 foram utilizados 60.000,00 ao longo do exercício, da conta caucionada, mas ficaram liquidados no final do ano.

Locações

Em 2025 a APDP fez um investimento em painéis solares para produção de energia, no valor total de 58.000 euros. A aquisição foi através de uma locação financeira com a duração de 6 anos.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

A Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal está isenta de IRC.

A isenção foi concedida pela Autoridade Tributária em 17 de Dezembro de 2012 através de ofício assinado por Joaquim Manuel Pombo Alves, por delegação e substituição de competências do Diretor de Finanças Adjunto. A Autoridade Tributária considerou os rendimentos da Farmácia e da Ótica isentos ao abrigo da regra geral prevista no art.10.º, n.º1 al. b) do CIRC.

Em 2025 a APDP não tem IRC a liquidar.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ativos Fixos TangíveisBens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024 e 2025 não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	33 770,61					33 770,61
Museus	9 602,04					9 602,04
Bens móveis	0,00					0,00
Total	43 372,65	0,00	0,00	0,00	0,00	43 372,65

Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	2025			Saldo final
			Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	33 770,61					33 770,61
Museus	9 602,04					9 602,04
Bens móveis	0,00					0,00
Total	43 372,65	0,00	0,00	0,00	0,00	43 372,65

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	2024			Saldo final
			Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras constr.	9 954 134,19	0,00				9 954 134,19
Equipamento básico	2 644 513,54	165 967,83				2 810 481,37
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	1 076 781,25	8 573,04				1 085 354,29
Outros Ativos fixos tangíveis	223 641,69	84 592,22				308 233,91
Total	13 899 070,67	259 133,09	0,00	0,00	0,00	14 158 203,76
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras constr.	2 857 008,77	165 251,81				3 022 260,58
Equipamento básico	2 514 425,77	93 663,97				2 608 089,74
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	1 025 198,55	19 463,24				1 044 661,79
Outros Ativos fixos tangíveis	103620,86	44 673,57				148 294,43
Total	6 500 253,95	323 052,59	0,00	0,00	0,00	6 823 306,54

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	2025			Saldo final
			Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras constr.	9 954 134,19	25 782,89				9 979 917,08
Equipamento básico	2 810 481,37	287914,69	359,65			3 099 475,01
Equipamento de transporte	0,00					0,00
Ferramentas e utensílios	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1 085 354,29	4 369,62	318 188,47			771 535,44
Outros Ativos fixos tangíveis	308 233,91	109 497,21	2 684,64			415 046,48
Total	14 158 203,76	427 564,41	321 232,76	0,00	0,00	14 265 974,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras constr.	3 022 260,58	167 830,10				3 190 090,68
Equipamento básico	2 608 089,74	114 084,30				2 721 814,39
Equipamento de transporte	0,00					0,00
Ferramentas e utensílios	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1 044 661,79	14 204,14				741 014,33
Outros Ativos fixos tangíveis	148 294,43	43 338,46				189 154,01
Total	6 823 306,54	339 457,00	0,00	0,00	0,00	7 162 763,54

As aquisições aumentaram em cerca de 16 mil euros, comparativamente ao ano anterior.

Em 2025 procedeu-se ao abate de ativos fixos tangíveis no valor de 321 mil euros.

Em 2025 as depreciações com o ativo fixo tangível aumentaram 5%, face ao ano transato, em cerca de 16 mil euros.

Os ativos da Biblioteca estão totalmente depreciados em 33.770,61€.

Em 2025 os ativos intangíveis no valor de 12.412 euros encontram-se totalmente amortizados.

5 Locações Financeiras

Em 2025 a APDP fez um investimento em painéis solares no valor de 58.000 mil euros para produção de energia. A aquisição foi através de uma locação financeira com a duração de 6 anos.

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	130 245,80	8 440 826,29		152 591,63	8 592 469,48	27 725,14	289 418,92
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		2 816 683,85		0,00	666 413,89		0,00
Produtos acabados e intermédios				0,00			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				0,00			0,00
Produtos e trabalhos em curso				0,00			0,00
Total	130 245,80	11 257 510,14	0,00	152 591,63	9 258 883,37	27 725,14	289 418,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				8 417 162,97			9 149 781,22
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

Movimentos	2025
Existências Iniciais	152 591,63
Compras	9 258 883,37
Autoconsumos	0,00
Regularização de Existências	27 725,14
Existências Finais	289 418,92
Gasto do Período	9 149 781,22

As compras da farmácia registam, em 2025, um aumento de 818 mil euros (10%) resultado de uma maior afluência de sócios à farmácia desde que passou a vender bombas de insulina. Facto que

contribuiu para a diminuição das compras de material de consumo em 2.150 mil euros, pelo motivo referido.

O CMVMC regista um aumento de 732 mil euros, equivalente a 9%, em relação a 2024.

As existências finais, também, aumentaram em 136 mil euros (90%) comparativamente a 2024.

7 Rédito

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	9 708 875,44	6 641 491,55
Prestação de Serviços		
Serviços de Saúde	6 195 106,93	7 853 734,47
Quotas de utilizadores	745 881,52	381 603,45
Quotas e joias	0,00	0,00
Serviços Secundários	73 560,00	39 727,80
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Formação	21 145,00	23 290,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	79 041,89	70 480,02
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	16 823 610,78	15 010 327,29

Em 2025 o total dos réditos apresentam um aumento de 1.813 mil euros, ou seja, um crescimento de 12% face a 2024, resultado das vendas da farmácia que tiveram um incremento de 3 milhões de euros, face a 2024 devido à venda de bombas de insulina.

Em contrapartida o rédito dos serviços prestados de saúde diminuíram em 1.658 mil euros, comparativamente ao ano transato.

Apesar do valor das quotas de associados ter aumentado em 2025 não se pode comparar com o valor de 2024 dado que a APDP alterou o critério de contabilização das mesmas. Anteriormente as quotas eram contabilizadas, apenas, quando o sócio pagava a quota. Porém em 2025 a Direcção optou por adoptar o princípio do acréscimo e contabilizar as quotas devidas pelos sócios. Pelo que neste exercício não há termo de comparação.

Os serviços secundários registam um aumento de 34 mil euros.

A formação tem vindo a diminuir ao longo dos anos e a tendência mantém-se em 2025 com uma diminuição de 2 mil euros.

Os juros registam um crescimento de cerca de 9 mil euros e dizem respeito a juros corridos dos depósitos a prazo nas instituições bancárias com que a APDP trabalha.

Vendas	2025	2024
Farmácia	9 708 787,08	6 641 426,20
Vendas Outros	88,36	65,35
Total	9 708 875,44	6 641 491,55

Em 2025 as vendas da farmácia tiveram um crescimento de 3 milhões de euros (46%), face a 2024 resultante da venda de bombas de insulina através de receituário participado pelo SNS.

As outras vendas não são significativas face ao total dos réditos.

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Descrição	2025	2024
IEFP	3.147,68	9.133,17
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	75.000,00	75.000,00
Apoios do Governo		
SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES		
Fundação Ernesto Roma	0,00	0,00
Total	78.147,68	84.133,17

Em 2025 registou-se uma diminuição em cerca de 6 mil euros nos subsídios à exploração.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2025 foi de 16.

Os órgãos diretivos não usufruem de remunerações referente aos cargos que desempenham à exceção do Diretor Clínico, Dr. João Raposo, por inerência estatutária.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 152 e em 31/12/2025 foi de 156.

Ocorreram 13 admissões e 8 rescisões.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	4 694 802,24	3 865 781,42
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	-666,86	53 327,95
Encargos sobre as Remunerações	971 241,70	811 719,14
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	31 979,56	30 026,36
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	175 504,45	215 258,73
Total	5 872 861,09	4 976 113,60

Os gastos totais com o pessoal aumentaram 18% face a 2024, ou seja, mais 896 mil euros. De todas as rubricas salientam-se os gastos com as remunerações e respectivos encargos sobre remunerações. As atualizações salariais e de escalão, bem como a contratação de mais oito colaboradores contribuíram para o aumento registado.

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados bem como à Administração Tributária.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de €10.627,20 em 2025.

11 Instrumentos financeiros

12 Benefícios dos empregados

13 Outras Informações

13.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	2 060 794,44	976 355,96
Utentes	31 091,40	25 099,13
Outros	0,00	0,00
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	8 473 312,63	8 370 973,97
Utentes		
Total	10 565 198,47	9 372 429,06

Em 2025 a conta clientes e utentes regista um aumento de 1.084 mil euros devido à faturação da farmácia resultante da venda de bombas de insulina.

A conta de utentes aumentou cerca de 6 mil euros apesar dos esforços no sentido da recuperação dessas dívidas, conforme quadro acima.

	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cientes	834 9055,59	102 338,66		8 451 394,25
Utentes	21 918,38			21 918,38
Total	8 370 973,97	102 338,66	0,00	8 473 312,63

Em 2025 os clientes de cobrança duvidosa aumentaram em 102 mil euros resultado de uma imparidade da ACSS pelo excesso de faturação face ao Protocolo existente entre as partes contratantes.

13.2 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	450,42	450,42
Devedores por acréscimos de rendimentos	368 657,83	3 034 925,70
Outras operações - Projetos	0,00	51,40
Outros Devedores	223 195,00	0,00
Perdas por Imparidade	-127 374,27	-4 084,00
Total	464 928,98	3 031 343,52

A conta outros ativos correntes regista uma diminuição, substancial em 2025, de dois milhões e meio de euros, face a 2024, para o qual contribuiu o pagamento da ACSS relativo às bombas de insulina de 2024 decorrente do Protocolo existente.

Os outros devedores aumentaram 223 mil euros dos quais 188 mil são das quotas de sócios de 2025 pelo regime do acréscimo adoptado em 2025.

As perdas por imparidade aumentaram em 123 mil euros face a 2024 e dizem respeito a ARS Algarve e de quotas de sócios.

13.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Diversos	19 514,78	20 723,88
Total	19 514,78	20 723,88
Rendimentos a Reconhecer		
Quotizações de associados	32 448,82	46 734,82
Outros	0,00	0,00
Total	32 448,82	46 734,82

Os diferimentos diminuíram tanto do lado dos gastos como dos rendimentos a reconhecer.

Os gastos diminuíram em cerca de 1.200 euros enquanto os rendimentos a reconhecer diminuíram em cerca de 14.300 euros.

13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	2 179,68	6 594,41
Depósitos à ordem	260 213,24	133 673,68
Depósitos a prazo	3 380 500,00	3 228 500,00
Total	3 642 892,92	3 368 768,09

Em 2025 regista-se um aumento de 152 mil euros em caixa e depósitos bancários face a 2024, devido ao acerto de contas de 2024 por parte da ACSS que permitiu um reforço dos depósitos bancários.

A variação positiva consta na demonstração de fluxos de caixa.

13.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2 247 840,65	0,00	0,00	2 247 840,65
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	5 143 427,85	0,00	0,00	5 143 427,85
Resultados transitados	248 484,27	0,00	265 265,42	-16 781,15
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 368 529,24	0,00	23 624,48	2 344 904,76
Total	10 008 282,01	0,00	288 889,90	9 719 392,11

A diminuição registada de 2024 para 2025 nos fundos patrimoniais, de 289 mil euros, dizem respeito à diminuição dos resultados transitados e dos fundos patrimoniais.

Os fundos e as reservas da APDP mantêm-se sem alterações de 2024 para 2025.

O Resultado Líquido do Período em 2025 é de 93.740,83 euros, mais 64 mil euros face ao período homólogo.

13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	2 392 822,91	3 247 076,17
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	2 392 822,91	3 247 076,17

O saldo de fornecedores diminuiu, face ao ano anterior, em cerca de 854 mil euros.

Para tal contribuiu o recebimento do acerto de contas com a ACSS.

13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas	25,24	21,47
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	11 063,99
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	25,24	11 085,46
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	143 925,03	42 087,83
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	67 196,59	91 593,80
Segurança Social	107 492,69	114 740,82
Outros Impostos e Taxas - FCT/ FGCT	0,00	0,00
Total	318 614,31	248 422,45

A conta de Estado e Outros Entes Públicos aumentou 70 mil euros, em 2025, em grande parte devido ao IVA das vendas da farmácia que tiveram um aumento substancial. Os restantes impostos diminuíram e dizem respeito a retenção de impostos de IRS e segurança social.

13.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções				
Outras operações		201,13		111,05
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		597,15		15 988,59
Clientes credores		2 526,10		2 367,17
Credores por acréscimo de gastos		1 413 062,86		995 674,47
Outros devedores e credores		31 311,32		57 500,00
Adiantamento de Clientes		0,00		0,00
Total	0,00	1 447 698,56	0,00	1 071 641,28

A rubrica outros passivos correntes apresenta um aumento global de 376 mil euros, face a 2024, nomeadamente na rubrica de credores por acréscimo de gastos que teve um aumento de 417 mil euros.

A rubrica fornecedores de investimento diminuiu em cerca de 15.300 euros.

Os credores por acréscimo de gastos aumentaram 417 mil euros e dizem respeito a encargos com férias a liquidar em 2026.

Os outros devedores e credores diminuíram em 26 mil euros.

13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	78 147,68	84 133,17
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	78 147,68	84 133,17

Em 2025 os subsídios à exploração diminuíram em cerca de 6 mil euros, contributo do Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP - referente a estágio profissional e da SCM de Lisboa.

13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	16 529,11	10 711,75
Serviços especializados	1 822 007,73	1 753 631,85
Materiais	27 020,21	27 793,36
Energia e fluidos	141 766,78	147 596,21
Deslocações, estadas e transportes	43 943,78	46 009,08
Serviços diversos	258 394,63	235 059,58
Total	2 309 662,24	2 220 801,83

Em 2025 os fornecimentos e serviços externos registam um aumento de 4%, cerca de 89 mil euros face a 2024.

As rubricas que apresentam aumentos de relevância são os serviços especializados com um aumento de 68 mil euros e os serviços diversos com mais 23 mil euros.

As restantes rubricas apresentam uma poupança total de apenas 8.600 euros.

13.11 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	524 095,97	487 395,87
Descontos de pronto pagamento obtidos	214,82	1 509,41
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 786,29	7 065,11
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos finance	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	359 126,21	321 077,82
Outros rendimentos e ganhos	922 340,76	759 067,22
Total	1 807 564,05	1 576 115,43

Esta conta regista um aumento global de 231 mil euros (15%) face a 2024.

Os rendimentos suplementares têm um crescimento de 36 mil euros face ao ano transacto resultado dos projectos e ensaios clínicos em execução.

Os rendimentos em subsidiárias dizem respeito ao resultado Líquido do período de 2025 da Noscito, Lda contabilizado pelo Método da equivalência patrimonial.

Os rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros aumentaram em 38 mil euros e dizem respeito a locações de espaços.

Os outros rendimentos e ganhos aumentaram 163 mil euros com o contributo de subsídios para investimentos, donativos, consignação de IRS e campanhas.

13.12 Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	608 780,70	544 929,18
Descontos de pronto pagamento concedidos	483,21	460,07
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	-597,75
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	69 786,65	55 279,56
Outros Gastos e Perdas	66 708,97	103 531,30
Total	745 759,53	703 602,36

A conta outros gastos regista em 2025 um aumento global de 42 mil euro para o qual contribuiu a conta de impostos, nomeadamente, o IVA suportado pela APDP resultante da alteração do regime de Afectação Real do IVA para o Pro Rata, em mais 64 mil euros.

Os gastos e perdas em investimentos não financeiros tiveram um acréscimo de 14 mil euros e englobam os gastos com estudos e projetos, congressos diversos, correções de anos anteriores entre outros itens de menor relevância.

Os outros gastos e perdas diminuíram 37 mil euros em correções de períodos anteriores, atividades diversas pelo Núcleo Jovem da APDP e donativos.

13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	156,81	140,12
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	156,81	140,12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	79 041,89	70 480,02
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	79 041,89	70 480,02
Resultados Financeiros	78 885,08	70 339,90

Em 2025 os juros suportados de rendimentos não têm relevância.

Os juros obtidos dizem respeito a juros corridos de depósitos a prazo nas instituições bancárias com que a APDP trabalha e aumentaram 8.500 euros resultado do reforço dos depósitos a prazo efectuados.

13.14 Acontecimentos após data de Balanço

No ano de 2025 não ocorreram acontecimentos após a data do balanço a referir.

LISBOA, 23 de março de 2025

O Contabilista Certificado

Raquel Gomes

A Direcção

[Assinatura]

Du *Q*
Mr

7.2 Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização

Senhores Associados,

No cumprimento das disposições legais e dos estatutos da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal vimos apresentar-vos o nosso parecer sobre os documentos emitidos pela Direção, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

Ao longo do ano acompanhámos as atividades da APDP tendo emitido pareceres e recomendações sempre que entendemos necessário.

A Comissão, com base na Certificação Legal de Contas e no Parecer do Fiscal Único, no que respeita às contas, examinou os documentos financeiros que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa, bem como o Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício e o Relatório e Contas de 2025 documentos que evidenciam os seguintes montantes:

Total do Balanço	9.813.132,94 €
EBITDA	354.312,75 €
Resultado Líquido do Período	93.740,83 €

Entende a Comissão de Fiscalização que o objetivo apesar das dificuldades sentidas foi cumprido, porquanto considera-se que os elementos produzidos e relevantes para análise obedecem às normas contabilísticas em vigor e refletem a atividade financeira da Associação.

A Comissão de Fiscalização analisou também o Relatório de Atividades, o qual se verifica estar de acordo com o Plano de Atividades previsto pela Direção e aprovado pela Assembleia Geral.

Assim, somos de parecer que:

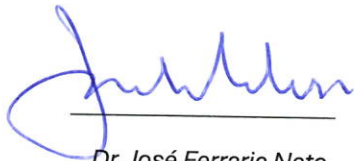
- 1- Não se verificaram situações ou quaisquer atos que violassem os Estatutos;
- 2- A Comissão de Fiscalização apreciou o Relatório de Atividades e as Contas referentes ao exercício de 2025 e considera que o mesmo evidencia os factos mais relevantes da atividade da Associação;
- 3- A Comissão de Fiscalização no âmbito das suas funções analisou as peças finais, compreendendo estas últimas as Demonstrações Financeiras, as quais incluem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025 que evidencia um total de 9.813.132,94 € incluindo um EBTIDA de

354.312,75 €, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo;

- 4- A Comissão aprova a proposta da Direção de aplicação de resultados apresentada para que o valor do Resultado Líquido do Período que se apresenta positivo em **93.740,83 €** (noventa e três mil setecentos e quarenta euros e oitenta e três cêntimos) seja transferido para resultados transitados.

Assim, a Comissão de Fiscalização recomenda à Assembleia-geral que aprove o Relatório de Atividades e Contas da Gerência referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, apresentadas pela Direção, e agradece a colaboração prestada.

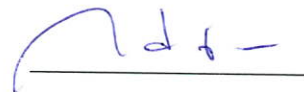
Lisboa, 23 de Março de 2026



Dr. José Ferraria Neto
Presidente



Dr. Diniz Vieira
Secretário



Dra. Adelaide Canelas
Secretário

7.3 Relatório Anual de Fiscalização efetuada



ANTÓNIO BELÉM &
ANTÓNIO GONÇALVES
SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

“APDP-ASSOCIAÇÃO PROTECTORA
DOS DIABÉTICOS DE PORTUGAL,
IPSS”

EXERCÍCIO DE 2025

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1.º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag sroc.pt

António Belém & António Gonçalves, SROC Lda.

| www.abag-sroc.pt | NIPC e Matricula: 502585811

| Capital Social: 12.600 € | Registo na CMVM Nº 20161420

| Registo na OROC Nº 96

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Associados,

Nos termos legais vimos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório Anual do Conselho Diretivo e as Demonstrações Financeiras da "APDF - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, IPSS" relativas ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

No decorrer do exercício acompanhámos com assiduidade a atividade da Associação e a sua gestão, tendo efetuado diversas reuniões e obtido todas as informações consideradas necessárias ao desempenho das nossas funções.

Analisámos o processamento da contabilidade no sentido de testar a sua adequabilidade ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e respetiva norma para Entidades do Sector Não Lucrativo., tendo-se concluído pelo respetivo cumprimento.

Verificámos com regularidade os registos contabilísticos e documentos de suporte, bem como analisámos as Demonstrações Financeiras trimestrais, não tendo detetado quaisquer situações menos regulares.

A Associação prosseguiu consistentemente as políticas contabilísticas que vinha adotando nos exercícios anteriores, exceto no que concerne à contabilização das quotas dos seus sócios. Com efeito passou a ser feita a contabilização das quotas dos sócios utilizando-se o critério da especialização dos exercícios em vez da contabilização aquando do recebimento das mesmas.

O teor do Relatório Anual da Fiscalização Efetuada (RAFE) descreve em pormenor os procedimentos e trabalhos que consubstanciaram a nossa atividade de fiscalização e a

respetiva Certificação Legal das Contas emitida na modalidade de “Com ênfase” expressa as conclusões obtidas.

O Relatório do Conselho Diretivo está conforme a legislação em vigor, complementa a informação contida nas Demonstrações Financeiras e salienta os aspetos mais importantes ocorridos no exercício, perspetivando ainda a evolução da Associação no exercício de 2026.

De acordo com as normas aplicáveis procedemos a testes e indagações sobre a ocorrência ou não de factos subsequentes ao encerramento do exercício, que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial ou os resultados apurados, não se tendo tomado conhecimento de nenhuma ocorrência que revestisse tais condições.

Face ao anteriormente, descrito, somos de parecer:

-
- A. Que sejam aprovados o Relatório e Contas do Conselho Diretivo referentes ao exercício de 2025;
 - B. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho Diretivo no seu Relatório de Atividades e Contas, relativo ao exercício de 2025, ou seja a transferência para a conta de Resultados Transitados do lucro apurado no exercício no montante de 93.740,83 euros.

Finalmente, pretende o Fiscal Único agradecer toda a boa colaboração prestada ao longo do exercício pelos diversos responsáveis com quem contactámos.

Lisboa, 23 de março de 2026

O FISCAL ÚNICO

António Maria Velez Belém
“António Belém & António Gonçalves, SROC, LDA.”

Representada por

António Maria Velez Belém
ROC nº 768, registado na CMVM sob o nº 20160401

7.4 Certificação legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

“APDP-ASSOCIAÇÃO PROTECTORA
DOS DIABÉTICOS DE PORTUGAL,
IPSS”

EXERCÍCIO DE 2025

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag.sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da "A.P.D.P. – Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, I.P.S.S.", que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 14.051.762,25 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.813.132,94 euros, incluindo um resultado líquido de 93.740,83 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APDP – Associação Protectora dos Diabéticos em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme Nota 3.1.2. do Anexo às Demonstrações Financeiras, a A.P.D.P. aplicou o princípio da especialização ou do acréscimo, à contabilização das quotas dos associados e respetiva imparidade, referentes ao exercício de 2025, ao contrário do que foi feito nos exercícios anteriores, em que as quotas eram contabilizadas pelo seu recebimento. Devido a esta alteração de critério o rédito das quotas de 2025 não é comparável com o valor de 2024.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

/ Sede
Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag.sroc.pt

/ Escritório Carnaxide
Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.



Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artº 451º, nº3, al e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, e tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2026

"António Belém & António Gonçalves, SROC – LDA,"

Representada por

António Maria Velez Belém

ROC nº 768, registado na CMVM sob o nº 20160401

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT-1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

7.5 Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO ANUAL DE REVISÃO

“APDP-ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS DIABÉTICOS DE PORTUGAL, IPSS”

EXERCÍCIO DE 2025

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Na qualidade de Fiscal Único da “Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, I.P.S.S.”, adiante designada por A.P.D.P. e nos termos do Decreto-Lei nº 36-A/2011, revogado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 02 de junho, cumpre-nos apresentar relatório da atividade de fiscalização efetuada durante o exercício de 2025, no âmbito da revisão legal das contas.

2 - ÂMBITO

A atividade exercida relativa ao exercício de 2025 teve como quadro o normativo onde se enquadra a ação dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido efetuada a revisão legal da A.P.D. P. e o exame das suas contas relativas ao exercício de 2025, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, com a profundidade que entendemos necessária.



Em consequência dos trabalhos efetuados foram emitidos, o presente Relatório Anual da Fiscalização Efetuada (RAFE), Certificação Legal das Contas (CLC) e Parecer do Fiscal Único (PFU).

3 - TRABALHO REALIZADO

- 3.1 - Participação em reuniões com diversos responsáveis da A.P.D.P. com o objetivo de recolher informação relativamente à atividade desenvolvida.
- 3.2.- Avaliação da adequacidade e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente amortizações, provisões, ajustamentos, valorimetria, reconhecimento de gastos, rendimentos e diferimentos.
- 3.3. - Verificação da conformidade da NCRF-ESNL, com as demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço Analítico em 31 de dezembro de 2025, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, referidos à mesma data.
- 3.4.- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte.
- 3.5. - Análise do controlo interno.
- 3.6. - Realização de testes substantivos nas seguintes áreas:
- 3.6.1. - Inventariação e confirmação dos saldos de Caixa;
- 3.6.2. - Análise e verificação das reconciliações bancárias preparadas na Associação;

/ Sede:

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt



- 3.6.3.- Análise de contas de terceiros, designadamente de Clientes, de Fornecedores e de Outros Devedores e Credores e confirmações externas de saldos
- 3.6.4.- Análise das Compras, Existências e sua Valorimetria;
- 3.6.5.- Análise do Imobilizado e verificação dos investimentos do ano;
- 3.6.6.- Análise dos critérios e cálculos de amortizações;
- 3.6.7.- Análise dos critérios e cálculos de provisões;
- 3.7. - Verificação documental dos gastos, perdas, rendimentos e ganhos relevantes do exercício e do cumprimento do princípio da especialização ou do acréscimo;
- 3.8. - Verificação da situação fiscal e perante a Segurança Social.
- 3.9. – Circularização a Advogados.
- 3.10 – Leitura das Atas da Assembleia Geral, Conselho Diretivo e do Conselho de Fiscalização, relativas ao exercício de 2025.
- 3.11 – Análise do Relatório e Contas do exercício de 2025, do Conselho Diretivo.

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e das opiniões que temos parece-nos, conveniente realçar as seguintes conclusões:



- 4.1. - Foram feitas ao longo do exercício diversas reuniões com o Chefe dos Serviços Financeiros e a Contabilista Certificada, nas quais se analisaram assuntos específicos da Associação e as contas trimestrais e se obtiveram os esclarecimentos tidos por necessários.
- 4.2. - A A.P.D.P. prosseguiu políticas contabilísticas que se enquadram na NCRF - ESNL.
- 4.3. - As Demonstrações Financeiras relativas a 31/12/2025 estão conformes com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), prevista no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).
- 4.4. - As Demonstrações Financeiras relativas a 31/12/2025 estão conformes com os registos contabilísticos e os respetivos documentos de suporte.
- 4.5. – Relativamente ao Controlo Interno salienta-se que foi elaborado em novembro de 2022 um Manual de Procedimentos para o Departamento de Contabilidade e Controlo, tal como vínhamos recomendando ao longo dos exercícios anteriores.
- 4.6. - Relativamente aos testes substantivos realizados salienta-se:
- 4.6.1. - A conta de Caixa (desagregada em Caixa-Sede e Caixa-Fundos de Maneio) apresentava um saldo de 2.179,68 euros. Este saldo referia-se à Caixa-Sede, 1.404,68 euros e a vinte e um fundos de maneio no montante global de 775 euros. Não foi feita inventariação física do caixa à data de 31 de dezembro, dada a pouca relevância material do saldo global.

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

4.6.2. - Foram obtidas e testadas trimestralmente as reconciliações de todas as contas de depósitos (à ordem e a prazo) em Instituições Bancárias. Em 31 de Dezembro, pôde concluir-se que os saldos bancários da A.P.D.P., eram coincidentes em todas as contas com os saldos contabilísticos, com exceção da conta 121 - Caixa Geral de Depósitos, tendo sido identificados os movimentos em trânsito que justificavam as diferenças apuradas. A diferença de 71.481,99 euros, diz respeito a transferências, não tendo sido possível identificar os ordenantes de tais transferências com os associados da APDP e a pagamentos contabilizados em 2025 que o Banco só considerou em janeiro de 2026. À medida que são identificados os ordenantes das transferências é feita a regularização para rendimentos, bem como as transferências não identificadas mais antigas são também contabilizadas em outros rendimentos. Relativamente aos saldos da conta de Depósitos a Prazo, havia coincidência de saldos.

4.6.3. -- Foi feita análise à conta de Clientes relativamente à antiguidade dos saldos e à sua natureza, tendo-se podido concluir que em Clientes/Utentes existiam muitas contas que não registaram qualquer recebimento, sendo que o saldo global em 31 de dezembro de 2025 atingia o montante de cerca de 53.010,42 euros, estando contabilizada uma imparidade de 21.918,38 euros. Quanto a saldos de natureza contrária, existiam algumas contas, mas de valores materialmente irrelevantes. Foram feitos pedidos de confirmações externas de saldos de Clientes que representavam cerca de 95,60% do saldo global reportado a 31 de dezembro de 2025, tendo-se obtido respostas que representavam cerca de 93,74% das contas circularizadas. As respostas obtidas apresentavam saldos não coincidentes com os registados na contabilidade pelo que foi necessário proceder a reconciliações, tendo-se concluído que a

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

5

diferença apurada, cerca de 779.422 euros dos Clientes, ULS e da ACSS foi liquidada em 2026.

Foram circularizados saldos de Fornecedores, referidos a 31 de dezembro de 2025, que representavam cerca de 86,88% do saldo global, tendo-se obtido respostas que representavam cerca de 67,72% dos saldos circularizados. Das respostas obtidas, cerca de 80,85% apresentavam saldos coincidentes com os da A.P.D.P., sendo que os 19,15% não coincidentes tinham uma diferença de reconciliação de apenas 0,16%. Pôde assim concluir-se que os saldos de Fornecedores evidenciados na contabilidade da Associação eram adequados.

Relativamente a Outras Contas a Receber e a Pagar/Fornecedores de Investimentos não foram feitas confirmações externas de saldos na medida em que o saldo em 31 de dezembro era somente de 597,15 euros. Nos Devedores por Acréscimos de Rendimentos, há a salientar que em 2025 foram feitos acréscimos relativos a juros a receber, a faturação diversa emitida em 2026 mas referente a 2025, a quotas dos sócios referidas a 2025, mas ainda não liquidadas. Relativamente à ARS-Algarve, mantem-se o problema com a codificação das cirurgias, mantendo-se acréscimos de 50.092,41 euros e de 49.629,86 euros, os quais, no entanto, foram provisionados.

Devem ainda referir-se os saldos credores das contas Remunerações a Liquidar, credor no montante de 676.992,24 euros e Projetos Diversos no montante de 677.386,07 euros, sendo que relativamente à primeira conta fez-se a análise dos cálculos efetuados e que relativamente aos Projetos, foram analisados alguns deles e obtida a documentação respetiva. Relativamente à conta 279 – Perdas por Imparidades Acumuladas, esta apresenta um saldo de 127.374,27 euros, fundamentalmente devido às provisões referidas no parágrafo acima e à imparidade criada para as quotas dos sócios.

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

4.6.4. – Procedeu-se a análise de aquisições da A.P.D.P. tendo-se selecionado quatro processos de compra. A seleção dos processos para análise foi efectuada de forma aleatória, tendo-se verificado se havia ou não nota de requisição, fatura de compra, evidência de conferência das facturas, classificações e lançamentos contabilísticos e autorização de pagamento, tendo-se obtido fotocópias de diversos extratos de contas bem como dos respetivos documentos de suporte. Procedemos ainda ao “cut-off” das operações no sentido de verificar o cumprimento da especialização dos exercícios. Dos procedimentos executados pôde concluir-se haver um controlo adequado na área das aquisições.

Assistimos a uma contagem em 10 de janeiro de 2026, tendo-se registado diversas diferenças, para mais e para menos, sendo que a diferença final era materialmente irrelevante. Foram elaborados relatórios pela responsável da Farmácia e pela Auditora presente na contagem. Foram obtidas as respetivas listagens, devidamente qualificadas e quantificadas (custo de aquisição).

4.6.5. - Relativamente ao imobilizado da A.P.D.P. há a referir que no exercício de 2013 foi implementado um cadastro dos bens devidamente atualizado e valorizado, conforme recomendação oportunamente feita. Os bens imobilizados sujeitos a registo obrigatório constantes no Balanço de 31 de dezembro de 2025 foram confirmados no que respeita à sua existência e titularidade através da obtenção de “print” das Finanças, relativo ao património da Associação, estando as respectivas Cadernetas Prediais Urbanas, arquivadas no respetivo “dossier” permanente. Procedemos ao controlo documental das aquisições/abates do imobilizado ocorridas no exercício de 2025, em cada trimestre, tendo-se obtido fotocópias dos documentos relativos aos movimentos mais

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag.sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

relevantes, salientando-se que nenhum dos bens adquiridos no exercício estava sujeito a registo obrigatório.

4.6.6. – As amortizações do exercício foram feitas pelo método da linha reta e as taxas utilizadas as correspondentes aos períodos de vida útil esperada dos respetivos bens.

4.6.7. – No que concerne a Provisões/Ajustamentos deve referir-se que durante o exercício de 2025 se reforçou a conta de Clientes/Perdas por Imparidades Acumuladas, tendo sido constituída uma imparidade no montante total de 225.628,93 euros, 99.722,27 euros referente à dívida da ARS do Algarve, 102.338,66 euros ao excesso de faturação emitida à ACSS e 23.568,00 euros relativa às quotas dos sócios. Salienta-se que a APDP passou a contabilizar as quotas dos sócios independentemente do seu recebimento.

4.7. – Procedemos a análise dos gastos contabilizados pela A.P.D.P. no exercício de 2025, com particular ênfase nas contas de Fornecimentos e Serviços Externos, em Gastos com Pessoal e Outros Gastos e Perdas. Foram obtidos extratos contabilísticos das contas anteriormente referidas bem como fotocópias dos principais documentos de suporte.

4.8. Procedemos igualmente à apreciação dos rendimentos contabilizados pela A.P.D.P, com especial realce para a faturação emitida, tendo-se efetuado a análise do processo de faturação da prestação de serviços, feita no exercício. À semelhança do que foi feito relativamente às Compras, também relativamente à faturação das Prestações de Serviços foi feito o “cut-off” das operações, de forma a verificarmos o cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

Relativamente a preços, os valores praticados pela A.P.D.P. resultam de acordos com as diversas entidades, nomeadamente com a ADSE e ACSS, os quais vigoram durante os períodos de tempo acordados.



- 4.9. Verificámos o cumprimento do princípio da especialização dos exercícios no que se refere a remunerações a pagar, respectivos encargos e seguros. Salienta-se, no entanto, que a A.P.D.P. ao contrário do exercício anterior, observou este mesmo princípio no que concerne às quotas dos associados.
- 4.10 - Controlámos a situação fiscal e perante a segurança social da A.P.D.P. tendo podido concluir que os saldos credores existentes à data de 31 de dezembro de 2025, foram liquidados dentro dos prazos legais, no início de 2026. Obtivemos certidões da Autoridade Tributária e da Segurança Social, ambas datadas 05 de janeiro de 2026, atestando a regularidade de todas as situações da Associação.
- 4.11. – Procedemos à leitura das atas das Assembleias Gerais da A.P.D.P. e das reuniões do Conselho Diretivo e da Comissão de Fiscalização ocorridas durante o exercício de 2025, tendo apreciado as Ordens de Trabalho e as respetivas deliberações, nada havendo de especial a salientar.
- 4.12. – Analisámos o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho Diretivo com o objetivo de verificar o cumprimento dos requisitos legais constantes na legislação aplicável. O referido documento, aborda os aspetos importantes da atividade desenvolvida ao longo do ano. Tivemos especial cuidado em verificar a concordância da informação financeira contida no Relatório, com as demonstrações financeiras que constituem o processo de fecho de contas do exercício de 2025, o que efetivamente se verificou.

5 – RECOMENDAÇÕES

- 5.1. - Reconciliações sistemáticas, ao longo dos exercícios, dos saldos com entidades terceiras, fundamentalmente com Clientes;

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag.sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt



5.2. – Considerando a alteração do critério que vinha sendo utilizado na contabilização das quotas dos sócios, recomenda-se que seja feito um controlo mais rigoroso na determinação dos respetivos acréscimos e das imparidades.

6 – NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas ao longo do exercício de 2025 pelos responsáveis com quem contactámos.

Lisboa, 23 de março de 2026

O FISCAL ÚNICO

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES SROC – LDA.

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768, registado na CMVM sob o nº 20160401

/Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 - (Chamada para a rede fixa nacional) | geral@abag-sroc.pt

/Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide
+351 215 843 257 - (Chamada para a rede fixa nacional) | info@abag-sroc.pt

